

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE GESTORES PÚBLICOS

Trata-se de entrevistas com profissionais que assumiram em algum momento a gestão de políticas públicas e cargos no Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, quer no plano nacional, quer estadual. As entrevistas privilegiam as diferentes facetas envolvidas na atuação como gestor.

Entrevistas disponíveis até o momento:

- Abdias Vilar de Carvalho
- Adir Ben Kauss
- Almir Paulo de Lima
- Aloísio Alves
- Ana Amélia
- Antônio Cabrera Mano Filho
- Antônio José Guimarães
- Armando Falcão
- Caio Galvão de França
- Carlos Lorena
- Carlos Mário Guedes de Guedes
- Celso Barros Coelho
- Coronel Carlos Magno Nazaré Cerqueira
- Dante Martins de Oliveira
- Dryden Castro de Arezzo
- Edgar Ribeiro de Souza
- Eraldo Maués
- Eugenio Conoly Peixoto
- Fernando César Mesquita
- Fernando Lyra
- Fernando Santana
- Gilberto Bampi
- Guilherme Cassel
- Gutemberg Armando Diniz Guerra
- Humberto de Oliveira
- Ibrahim Eris
- Iris Resende
- João Bosco Ribeiro
- João Cleofas

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

- João Maia
- João Roberto Rodrigues
- Jorge Coelho
- José Afonso da Silva
- José Augusto Rodriguez
- José Botafogo Gonçalves
- José Gomes da Silva
- José Renato Torrano
- José Sarney
- José Vaz Parente
- Klaus Töpfer
- Leonildes Alves da Silva Filho
- Luiz Filipe Macedo Soares
- Marcos Lisboa
- Miguel Rossetto
- Nelson Ribeiro
- Omar Marczyński
- Paulo Nogueira Neto
- Plínio de Arruda Sampaio
- Raimundo João Amorim
- Raul Jungmann
- Raul Navegantes
- Rolf Hackbart
- Romeu Tuma
- Rubens Ricupero
- Vítor Buaiz
- Vivaldo Vieira Barbosa

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Abdias Vilar de Carvalho

DADOS BIOGRÁFICOS: Na época da entrevista era consultor e Diretor Técnico da Locus Planejamento e Desenvolvimento Local. É sociólogo e ex-Superintendente Regional do Incra/PE.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para a pesquisa “Reforma do Estado: instâncias, conflitos e atores. O lugar dos trabalhadores rurais”. Financiamento: Capes. 1997-1998.

DATA: 12/1997

LOCAL: Não consta

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP. K7.avc2	02 Fitas K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico. Áudio regular (desequalizado)
MP3	MSPP/en. GP.mp3.avc2	00h45min	Sim	Áudio ruim, barulho ao fundo
TRANSCRIÇÃO	Não há			

DESCRITORES:

Arrendamento rural
Assera – Associação dos Servidores da Reforma Agrária
Assentamento rural
Associação rural
Campanha Nacional pela Reforma Agrária
Capacitação técnica
Direito à propriedade
Empresa rural
Estrutura administrativa (Incra)
Governos estaduais
Incra- Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária
Índices de produtividade agrícola
Justiça
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Organização patronal
Regularização fundiária

SUMÁRIO:

Fita 1 lado A - Discorre sobre demandas dos assentamentos rurais; o aparato administrativo, que é burocrático, no Incra; diz que a concepção de assentamento afeta o processo de reforma agrária; aponta os limites e contradições dos trâmites do processo de reforma agrária; fala sobre a importância da compreensão de associativismo para o processo de assentamento; fala sobre uma lógica autoritária que é vigente no Incra; diz que é preciso rever a concepção de assentamento para ampliar e melhorar o processo de reforma agrária; fala sobre a necessidade de criar políticas que sirvam às necessidades imediatas dos assentados, pois não é possível trabalhar apenas com as demandas estruturais; fala sobre a pressão da classe patronal rural nas atribuições do Incra, especificamente nos processos de desapropriação; diz ter preocupação com a questão jurídica no processo de reforma agrária;
Lado B - fala sobre a produtividade da terra e a constituição de empresas rurais; fala sobre as demandas estaduais e as pressões políticas que cada Estado e governante sofre e enaltece a descentralização do processo de reforma agrária e valoriza os institutos de terras estaduais; trata da proposta de arrendamento de terra nos assentamentos rurais por usineiros.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Adir Ben Kauss

DADOS BIOGRÁFICOS: presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – Feema, do Rio de Janeiro. Arquiteto e professor universitário, antes de presidir a Feema fora presidente do IAB por três gestões consecutivas e presidente do Conselho Municipal de Patrimônio e Cultura.

ENTREVISTADOR (ES): Margarida Autran

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: “Podemos impor uma nova ordem ao mundo em 92”

DATA: 15/07/1991

LOCAL: Rio de Janeiro, RJ

OBSERVAÇÕES: Por ocasião da Rio-92, o Jornal do Brasil realizou uma série de entrevistas com autoridades da pasta ambiental no seu caderno Ecologia. Algumas delas estão disponíveis no acervo do NMSPP, como: Paulo Nogueira Neto, Luiz Filipe Macedo Soares, Adir Bem Kauss e Fausto Guimarães.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP .cli.abk	2 páginas	Sim	Cópia do impresso original.

DESCRITORES:

Baixada Fluminense (RJ)
Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92, RJ)
Feema – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
Governo Leonel Brizola (Estado do RJ, 1991-1994)
Poluição ambiental
Questão ambiental
Rio de Janeiro

SUMÁRIO:

Fala sobre a relação entre desenvolvimento e meio e ambiente; explica qual o papel da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente-Feema, a história da instituição e o compromisso com a questão da qualidade da água; comenta a situação do esgoto na cidade do Rio de Janeiro e opina sobre o que é preciso fazer para mudar a situação; fala sobre o problema do lixo e as possíveis soluções, citando iniciativa do prefeito de Curitiba, Jaime Lerner; fala sobre a parceria com outros órgãos públicos e a atuação na área da educação ambiental; fala da expectativa para a Rio-92; fala da realização da Eco-Baixada, e outros encontros estaduais que visam discutir a questão ambiental para levar propostas para a Eco-92; fala das diferenças da relação com o meio ambiente na concepção ocidental e oriental; fala da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento atual e do seu papel de colocar o conhecimento técnico a serviço da população; volta a opinar sobre as expectativas em torno da Eco-92; cita iniciativas do governo Leonel Brizola; fala sobre a construção da Linha Vermelha, rebatendo algumas críticas que então vinham sendo feitas.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Almir Paulo de Lima

DADOS BIOGRÁFICOS: Assessor especial da CAF - Comissão de Assuntos Fundiários e da SEAF - Secretaria de Assuntos Fundiários durante o governo Leonel Brizola.

ENTREVISTADOR (ES): Victor de Araújo Novicki

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: A entrevista foi feita para colher dados para a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, de autoria de Victor de Araújo Novicki. Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*, Ano de Obtenção: 1992.

DATA: 20/07/1990

LOCAL: Rio de Janeiro, RJ

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.apl	04 Fitas K7 / 60min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.apl	03h28min	Sim	Fitas reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.apl	123 páginas	Sim	Transcrição datilografada e revisada a lápiz

DESCRITORES:

Arrendamento rural
Assentamento Campo Alegre (Nova Iguaçu/Queimados, RJ)
Baixada Fluminense (RJ)
CAF - Comissão de Assuntos Fundiários
Campo Alegre (Nova Iguaçu, RJ)
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Despejo
Famerj – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
Fetag/RJ - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
Governo Brizola (1983-1987)
Governo Chagas Freitas (1979-1983)
Grilagem
Igreja
Italva (RJ)
Loteamento clandestino
Luta pela terra
Movimento popular
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Ocupação de terra
Organização comunitária
Participação política
PDT – Partido Democrático Trabalhista
Representação política
Violência policial

SUMÁRIO:

Fita 1, Lado a – Diz que sua vivência com o problema da terra está relacionada à sua participação na Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro (Famerj); comenta conflitos sociais durante o governo de Chagas Freitas; cita “indústria da reintegração de posse” atuante na época; explica expressão “boi morto”; explica movimento de resistência aos despejos, promovido pela Famerj; comenta sobre questão dos loteamentos clandestinos irregulares também enfrentada naquele período; explica o que seria um loteamento clandestino; afirma que relação dos movimentos de luta pela terra no RJ com o governo Chagas Freitas era de denúncia e resistência; fala sobre pressão política feita para desapropriação de áreas pelo governo; explica relação do aparato policial com os movimentos de resistência na terra (repressão, intimidação, batalhão de choque); conta como e que motivos o levaram a ingressar no governo Brizola enquanto Assessor Especial da Comissão de Assuntos Fundiários (CAF); fala sobre sua “dupla militância” como homem do governo e militante no movimento popular; fala sobre relação do governo Brizola com a questão fundiária; comenta sobre vertente social do programa de governo do Brizola; fala sobre previsão dos conflitos que iriam acontecer no Rio de Janeiro a partir do governo Brizola; comenta sobre Comissão de Emergência para tratar de ocupações urbanas no Rio de Janeiro; opina sobre motivações a essas ocupações; comenta sobre projeto de governo do Brizola “cada família um lote”; conta que foi delegado pela Famerj a representar o Movimento Comunitário na Comissão de Emergência e fala sobre atuação dessa Comissão durante o período de ocupações e saques; fala sobre surgimento da CAF, ligado à

Secretária de Justiça, durante atuação da Comissão de Emergência; explica motivo da vinculação da CAF à Justiça;

Fita 1, Lado b – Opina sobre motivos que levaram à criação da CAF e sua não-vinculação à Secretaria de Agricultura; diz o que foi vivenciar o conflito em Italva (RJ) após criação da CAF; fala sobre infra-estrutura da CAF no seu período inicial; afirma que não conheciam as contradições da Fazenda de Italva; afirma que missão fundamental era a de remover os obstáculos políticos da transferência das famílias; diz que missão fundamentava-se na possibilidade de desenvolver uma discussão em torno de assentamento na questão rural; comenta sobre obstáculos políticos para transferência das famílias; expõe quem foram os assentados em Italva; fala sobre conflitos que se deram entre esses novos ocupantes da região e os que já lá estavam; explica porque conflitos se acentuaram quando a CAF tenta organizar a situação na fazenda; afirma que não houve uma política de seleção dos assentados; diz que existiram discussões políticas de como fazer um processo de reeducação aos hábitos do meio rural; divide atuação da CAF em duas fases: 1) “apagar incêndio” – dar uma moradia para as famílias; 2) discussão política sobre potencialidades dos assentados; fala sobre discurso do Brizola durante desapropriação de Campo Alegre (Nova Iguaçu, RJ); explica perfil e motivação dos ocupantes da região de Campo Alegre em 1984;

Fita 2, Lado a – Diferencia ocupantes do meio rural dos ocupantes do meio urbano; fala sobre interferência da CAF no conflito em Campo Alegre; fala sobre confronto dos ocupantes de Campo Alegre com grileiros da região; diz que política se voltou para dirimir a violência aos trabalhadores que ocuparam a região; afirma que ocupantes possuíam um conhecimento prévio da situação jurídica dessas terras; opina sobre quem teria apoiado e organizado essa ocupação; questiona se Campo Alegre era uma área viável para ocupação (qualidade do solo); diz que prioridade do governo Brizola eram os CIEPs; explica como que a CAF já tinha conhecimento de que as terras seriam ocupadas; explica como o partido e o governo reagiram às ocupações; fala sobre políticas desenvolvidas pelo governo para o projeto de assentamento em Campo Alegre: imposição da presença ativa do Estado na região e organização da distribuição da terra; opina que processo de distribuição da terra foi democrático, com diálogo com o movimento; fala sobre criação de um projeto emergencial para liberação de recursos do governo para Campo Alegre; comenta sobre distribuição de alimentos para os assentados (1986); opina sobre políticas do Estado para os assentados: concessão e conquista do movimento; comenta sobre erros e distorções em Campo Alegre; fala sobre divisão da fazenda em regionais; explica rotina de procedimentos na CAF diante dos conflitos; explica que auxiliavam às comunidades a se organizarem para facilitar a comunicação entre Estado e população; retoma questão de sua dupla militância;

Fita 2, Lado b – Fala sobre aparelhamento da CAF para trabalho; fala apoio da Secretaria de Planejamento para liberação de recursos à CAF pelo Estado; explica que no meio rural a CAF trabalhou em cima de conflitos (“incêndios”), sem identificação prévia das áreas de tensão, enquanto que no meio urbano isso se deu de forma complementar; afirma que a CAF sempre buscou diálogo com os movimentos sociais (Fetag, Pastoral da Terra, Famerj, entre outros); fala sobre composição do quadro pessoal da CAF e dificuldades deste em se relacionar com o movimento; reafirma que intensificação dos conflitos no período era prevista devido à conjuntura política; explica enfoque da luta do movimento pós governo Brizola; explica expressão “apagar incêndio” a respeito dos movimentos de ocupação no Rio de Janeiro; fala sobre limitações do governo estadual para tratar a questão do campo; responde pergunta sobre não utilização da discriminatória de terras devolutas para o acesso à terra; opina sobre

concorrência dos poderes executivo, legislativo e judiciário para a solução dos conflitos de terra;

Fita 3, Lado a – Diz que regularização do uso da terra por *contrato de arrendamento* foi uma prática anterior ao governo Brizola; comenta sobre discussão de como assegurar que não houvesse retrocessos no governo seguinte; explica escolha de regularizar o uso da terra através da *concessão coletiva de uso*; comenta sobre projeto de cadastramento das famílias nesse contexto; explica que em terras públicas não é possível o *usucapião*; explica porque é a favor do *usucapião* e fala sobre divergências sobre o assunto; fala sobre concessão do título da terra; fala sobre relacionamento entre Fetag e CAF; comenta envolvimento da Fetag e do MST nas ocupações no Rio de Janeiro; comenta sobre negociação entre o Estado e os sindicatos dos trabalhadores rurais; diz que preocupação dos sindicatos não era diretamente voltada para a ocupação da terra, mas para a legislação trabalhista; fala sobre relacionamento do MST com a CAF; fala sobre a relação da Comissão Pastoral da Terra com a CAF; conta sobre situação que exemplifica sua “dupla militância”; opina e explica que as ocupações eram orientadas por diferentes atores sociais conforme cada caso; comenta sobre posicionamento do movimento popular diante do atendimento ou do não-atendimento das reivindicações por parte do governo;

Fita 3, Lado b – Opina sobre relacionamento do governo Brizola com os movimentos populares; explica porque acredita que a política fundiária do governo Brizola tinha maior peso do social do que do econômico; afirma que CAF durou o tempo exato que precisava; fala sobre criação da Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf); comenta sobre importância e benefícios da Siagro ser unida à Seaf; afirma que não houve diálogo sobre a questão fundiária entre o governo de Brizola e o governo federal na figura do Incra; explica motivo da sua afirmativa; conta sobre ocupação na Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que resultou na transferência dos ocupantes para Conceição de Macabu; fala sobre conflitos em Conceição de Macabu gerados pela transferência desses ocupantes da UFRRJ;

Fita 4, Lado único – Continua a falar sobre conflitos em Conceição de Macabu - resultado da ocupação na UFRRJ; fala sobre os problemas vivenciados para se conseguir justificar as desapropriações por utilidade pública durante o governo Brizola; opina sobre a política do do governo Brizola – erros e acertos; opina sobre erros da CAF.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Aloísio Alves

DADOS BIOGRÁFICOS: Foi Ministro da Administração no governo Sarney (1985-1988) Ministro de Estado da Integração Regional (1994-1995). Foi revisor, repórter e redator dos jornais *A Razão* e *A República* em Natal, RN. Também foi redator-chefe, diretor e gerente do jornal *Tribuna da Imprensa* no Rio de Janeiro, RJ. Fundador e diretor do jornal *Tribuna do Norte* em Natal, RN; Diretor da rádio Cabugi de Natal (1962) e rádio Difusora de Mossoró (1972) e TV Cabugi de Natal (1987), Secretário Geral do governo do estado do Rio Grande do Norte e Chefe do Serviço Estadual de Reeducação e Assistência social (1943-1969).

ENTREVISTADOR (ES): José Carlos Bardawil

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “A democratização do funcionalismo – O governo prepara a primeira reforma administrativa do Brasil no ambiente de uma transição democrática. Algo inédito desde Tomé de Souza”.

DATA: 23/10/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.aa	06 páginas	Sim	Recorte da entrevista

DESCRITORES:

Administração pública
Reforma administrativa
Governo Sarney (1985-1989)
Reforma agrária
ANC - Assembléia Nacional Constituinte (1988)

SUMÁRIO:

Trata da terceira reforma administrativa (sendo a primeira elaborada em regime aberto). Diz que a reforma foi necessária, pois a máquina pública desgastou-se, deteriorou-se, tornou-se incompetente para atender ao Plano Nacional de Desenvolvimento pretendido pelo governo; julga que a reforma administrativa deve começar pelo levantamento de toda a estrutura federal, permitindo assim enxugar os órgãos excedentes; considera que é necessário organizar a carreira do funcionário público; discorre sobre o governo Sarney, sobre a Constituinte e a reforma agrária e defende a posição do governo em todos esses temas.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Ana Amélia

DADOS BIOGRÁFICOS: Procuradora do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para a pesquisa “Reforma do Estado: instâncias, conflitos e atores. O lugar dos trabalhadores rurais”. Financiamento: Capes. 1997-1998.

DATA: 12/1997

LOCAL: Incra, Brasília, DF

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.am	02 Fitas K7 / 60min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro. Há também outra entrevista, com diferente entrevistado, gravada na segunda fita
MP3	MSPP/en. GP.mp3.am	01h13min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.res.am	04 páginas	Sim	Resumo feito pela entrevistadora

DESCRITORES:

Capacitação técnica
Desapropriação de terras
Descentralização política e institucional
Desenvolvimento agrário
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ministério da Justiça
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Pnud - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Poder local
TCU – Tribunal de Conta da União
Projeto Lumiar (Incra)
Projeto Casulo (Incra)

SUMÁRIO:

Fala sobre o processo administrativo para a desapropriação de imóveis; discorre sobre as mudanças do Governo FHC na administração das terras; discorre sobre a indicação política para as Superintendências Regionais do Incra; analisa a política de descentralização da reforma agrária; analisa a relação do governo com os movimentos sociais; fala da relação dos proprietários com o processo administrativo que é emperrado através de recursos; discorre sobre as particularidades de cada estado e superintendências na relação com os trabalhadores e como esta relação pode ou não derrubar superintendentes; fala sobre a necessidade de capacitação técnica do corpo de funcionários do Incra; avalia o decreto que impede a vistoria de áreas ocupadas; comenta que as mudanças institucionais só acontecem por pressão dos movimentos sociais; avalia projetos do Incra e seus limites (Lumiar, Casulo).

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Antônio Cabrera Mano Filho

DADOS BIOGRÁFICOS: Nasceu em São Paulo em 1960. Veterinário e político brasileiro. Foi Ministro da Agricultura durante o governo Collor.

ENTREVISTADOR (ES): Ronaldo Brasiliense e Gecy Belmonte

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: *Uma reforma agrária sem caráter ideológico*

DATA: 22/04/1990

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP cli.acf	01 página	Sim	

DESCRITORES:

Amazônia

Antônio Cabrera Mano Filho (Ministro da Agricultura)

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Governo Collor (1990 – 1992)

Governo Sarney (1985 – 1989)

Igreja Católica

ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural

Latifúndio

Migração

Posseiro

Produção agrícola

Reforma agrária

UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO:

Diz não ser filiado a UDR e a nenhum partido político; afirma ter sido criticado pelo apoio político dado à Collor durante as eleições; diz que pretende ouvir a Igreja Católica, a CPT, os sem terra e todos os segmentos interessados na realização da reforma agrária; afirma que a reforma agrária não é apenas distribuir terra; fala sobre migração do campo para a cidade; diz que migração é resultado de um processo de expulsão do homem do campo; explica problemas decorrentes da migração do campo; fala sobre preconceito com as pessoas do campo; defende informatização da agricultura; fala sobre necessidade de levar a justiça ao campo; opina sobre qual propriedade cumpre de fato uma função social; afirma necessidade de levar ao campo os benefícios sociais que o trabalhador possui na cidade; fala sobre medidas para acelerar a reforma agrária; diz que quem vai comandar a reforma agrária é o ministro da Agricultura e Reforma Agrária; fala sobre desenvolvimento do cooperativismo para cumprir a meta de assentamento do governo; critica projetos de colonização em Rondônia desenvolvidos durante a Ditadura Militar; defende projetos de assentamento onde exista uma infraestrutura disponível; diz não terem informação sobre quantidade de terras desapropriadas; explica que, no penúltimo dia do governo Sarney, foram revogados quatro decretos de desapropriação; fala sobre necessidade de radiografar a situação e os prejuízos do governo Sarney em relação à reforma agrária; opina sobre mudança sobre ITR para a Receita Federal; comenta sobre terras que possui; fala sobre necessidade de buscar novos caminhos de produtividade e eficiência; fala sobre peso da agropecuária na balança comercial e possibilidade de investir em produtos básicos para a população em detrimento dos de exportação; opina sobre como levar a tecnologia para o campo; cita primeiras ações como ministro da agricultura.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Antônio José Guimarães

DADOS BIOGRÁFICOS: Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) durante do Governo Sarney.

ENTREVISTADOR (ES): José Carlos Bardwil

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Istoé

TÍTULO DA MATÉRIA: “O xerife das florestas”

DATA: 28/09/1988

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP cli.ajg	04 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Constituição Federal (1988)

Governo Sarney (1985-1989)

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

SUMÁRIO:

Sobre as recentes queimadas na Amazônia legal; convênio com o INPE e as regiões de desmatamento; A Constituição de 1988 e a questão do desmatamento; a recente repercussão midiática das queimadas e a precária infraestrutura do IBDF; a estrutura do IBDF e os Parques Nacionais; o pequeno orçamento do IBDF frente suas grandes atribuições; a parceria do IBDF com os estados; a corrupção na fiscalização ambiental; os parques sob responsabilidade do IBDF; economia florestal; a ditadura militar e seu modelo agrário para a Amazônia e sua superação na Nova República; o IBDF e a corrupção; incentivos fiscais; perspectivas para desenvolvimento sustentável; fiscalização de contrabando de peles e queimadas; perspectivas para a proteção da Floresta Amazônica.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Armando Falcão

DADOS BIOGRÁFICOS: Advogado e político. Foi ministro da Justiça nos governos de JK e Geisel.

ENTREVISTADOR (ES): não identificado.

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Folha de São Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: “Marxistas da Igreja criam indústria do conflito”, diz Falcão

DATA: 01 de junho de 1986

LOCAL: Rio de Janeiro/RJ

OBSERVAÇÕES: fotocópia do impresso original.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP. cli.af	03 páginas	Sim.	

DESCRITORES:

Assembleia Nacional Constituinte (1987)
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Concílio Vaticano II
Governo Geisel (1974 - 1979)
Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1961)
Governo Sarney (1985-1989)
Igreja
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MJ – Ministério da Justiça
Nelson de Figueiredo Ribeiro (Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário)
PT – Partido dos Trabalhadores
Reforma Agrária
Tancredo Neves (presidente eleito 1985)

SUMÁRIO:

Inicia falando sobre a política de reforma agrária no governo Sarney, opinando sobre a pressão que os setores progressistas da Igreja fazem ao governo, aponta a desnecessidade da reforma agrária e defende a modernização da agricultura sem prejudicar o direito de propriedade; aponta o trabalho das CEB's e do que considera como fração marxista da Igreja como responsáveis por agravar os conflitos no campo; fala da interpretação equivocada do Concílio Vaticano II por estes setores da Igreja e das consequências para o campo brasileiro; fala de como foi a modernização na agricultura dos EUA, comparando com a realidade brasileira; fala sobre a ofensiva contra os latifundiários, defende a grande propriedade produtiva como bem de interesse público; fala na necessidade de adequação do sistema tributário, como mecanismo para coibir o latifúndio improdutivo; diz ser contra a grande propriedade para fins especulativos; critica a atuação do INCRA e do ministro da Reforma Agrária do governo Sarney, Nelson Ribeiro; critica a influência exercida pela CNBB na política agrária do governo federal; fala sobre suas opções políticas, alerta para a iminência de uma revolução socialista no país, alegando a falta de vocação comunista da maioria do povo brasileiro; fala sobre suas intenções de candidatar-se à congressista da Constituinte pelo Rio de Janeiro e apresenta os pontos que, se eleito, pretende defender para serem incluídos na nova constituição, sendo o principal, a pena de morte para crimes cometidos com requintes de perversidade; fala sobre a pena de morte nos EUA; expõe porquê discorda da legalização dos partidos comunistas, então realizada no governo Sarney; comenta a necessidade de uma reforma partidária; comenta suas posições sobre censura, explicando especificamente dois episódios, o primeiro em relação à uma música de Caetano Veloso e outra relativa à exibição do Ballet Bolshoi pela Rede Globo; fala sobre as eleições de 1985, destacando o teor das negociações que fizeram com que Tancredo Neves conquistasse a confiança dos militares, e as preocupações daquele em relação à Assembléia Nacional Constituinte; opina sobre o PT, destacando o fracasso de duas prefeituras sob mandatos petistas, Fortaleza/CE e Diadema/SP; fala sobre sua atuação enquanto Ministro da Justiça, e rebate algumas críticas feitas à sua postura especialmente no governo Geisel; comenta sua expectativa em relação ao eleitorado do Rio de Janeiro, por onde vai se candidatar à Constituinte pelo estado do Rio de Janeiro.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Caio Galvão de França

DADOS BIOGRÁFICOS: Na ocasião da entrevista, coordenador geral do Nead – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Engenheiro agrônomo pela USP – Universidade de São Paulo e mestre em Sociologia pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Filiado ao PT – Partido dos Trabalhadores

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Coleta de dados para a pesquisa “*Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*” financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e realizada em parceria com Carmen Diana Deere.

DATA: 10/2004

LOCAL: NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, Brasília, DF.

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.cf	01 Fita K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.cf	40min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.res.cf	02 páginas	Sim	Resumo da entrevista

DESCRITORES:

Agricultura familiar
Agroecologia
Assentamento Itamarati (Ponta Porã, MS)
Assentamento rural
Censo agropecuário
Egídio Brunetto (MST)
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Governo Lula (2003-2006)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incrá- Instituto Nacional de Reforma Agrária
Ministério da Fazenda
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU – Organização das Nações Unidas
Plano Safra de agricultura familiar
Procera – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronea - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
Questão de gênero
Sipra - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SUMÁRIO:

Fita 1 – Lado A - O entrevistado discorre sobre o adiamento do Censo Agropecuário de 2006 e as possibilidades de análise que este proporcionaria; fala do desafio de realizar uma pesquisa qualitativa sobre assentamentos e agricultura familiar; assinala a inexistência de dados que permitam traçar estratégias econômicas e mapear sistemas produtivos; aponta que, na ocasião, os movimentos sociais restringiam-se a pensar políticas de crédito a partir de uma idealização do Procera e, em parte, ignoravam o potencial do Pronaf; ressalta as limitações do banco de dados do Incra, em especial o padrão de alimentação da informação; fala sobre a possibilidade de aplicar questionários em assentamentos em conjunto com o IBGE; comenta a incapacidade do Incra para realizar o cadastramento de terras; avalia que o Incra é visto como “negociador” em relação à questão fundiária, aquele que “dilapidou o patrimônio público”; trata da necessidade de pesquisas e debates sobre as experiências de crédito; ressalta que o debate sobre a função social da terra estaria congelado pelos juristas e que seria preciso produzir uma crítica da cultura jurídica, do ponto de vista processual e constitucional; discorre sobre o “silêncio envergonhado” tanto do Estado quanto dos movimentos sociais acerca da forma de financiamento da reforma agrária – que acabaria por dificultar a relação do MDA com o Ministério da Fazenda; explica o fracasso do Banco da Terra em outros países; defende que não há modelo ideal de produção agrícola e a necessidade de trazer o tema da cooperação para o debate sobre gestão e políticas públicas; ressalta que é preciso refletir criticamente acerca dos pacotes tecnológicos e da produção de conhecimento nas ciências agrônomicas; aponta que experiências como a Agroecologia, por exemplo, são embrionárias; afirma que há um peso muito grande em alguns temas da reforma agrária como concentração fundiária e democratização da terra em detrimento da discussão sobre a dinâmica da reforma e das

políticas de agricultura familiar; destaca que todos os debates em voga sobre política internacional, transgênicos e ações contra o latifúndio, apesar de desarticulados, questionam o modelo agrícola vigente; afirma que a reforma agrária é disputa política; defende um programa não dogmático e com a capacidade de “alinhar as coisas”; discorre sobre o controle fitossanitário como inviabilizador da agricultura familiar; afirma que, como gestor, tinha a impressão de que “não se consegue identificar as áreas potenciais de disputa de um novo modelo e nem articular aquelas em que já estão envolvidos”; propõe a combinação de políticas estruturais com assistenciais; discute as limitações do estereótipo construído acerca do camponês; ressalta a dificuldade do gestor público em olhar o assentamento a partir de categorias; afirma que aquele seria o momento de afirmação e consolidação de instrumentos políticos no Estado brasileiro, como o Pronaf;

Fita 1 Lado B - Cita a ONU e o tema da insegurança alimentar; trata das consequências da ampliação dos mercados de *commodities* agrícolas e de terra; defende que é preciso refletir sobre os impactos do comércio internacional e integração regional nas políticas de desenvolvimento e reforma agrária; discorre sobre assistência técnica e a ausência de levantamentos sobre o assunto; afirma que a reforma agrária deve ter maior participação dos poderes locais, mas não é a favor da descentralização; discute a evasão dos assentamentos e a falta de dados quantitativos para, de fato, medi-la; ressalta a questão de gênero e outras políticas afirmativas.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Carlos Lorena

DADOS BIOGRÁFICOS: Engenheiro agrônomo nascido em 1914. Foi combatente da Revolução Constitucionalista de 1932. Na década de 1960, trabalhou na Secretaria de Agricultura de São Paulo, tendo sido um dos elaboradores do Plano de Revisão Agrária. Foi diretor de cadastro e tributação do Incra, bem como um dos fundadores da ABRA. Recebeu vários títulos, entre eles o de Advogado Honorário (Instituto Paulista de Direito Agrário) e o de engenheiro agrônomo do ano (1977 - ESALQ). Faleceu em 1987. Carlos Lorena foi um dos formuladores do projeto do Estatuto da Terra, durante o governo Castello Branco.

ENTREVISTADOR(ES): Regina Ângela Landim Bruno e Abdias Vilar de Carvalho

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para pesquisa de Regina Ângela Landim Bruno e Abdias Vilar de Carvalho sobre Estatuto da Terra, com publicação posterior denominada: "O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto". *Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)*, v. 4, p. 5-31, 1995.

DATA: 06/07/1984

LOCAL: Sede da Abra, Campinas, SP

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2014. Há trechos no meio da entrevista (entre as fitas 2 e 3) que foram apagados e não mais se encontram disponíveis para consulta.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

Série: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7/ CD	MSPP/en GP.k7.calo	03 fitas k7/ 60min	Não	Áudio e suporte físico em estado regular. Há perda de material da entrevista entre as fitas 2 e 3.
MP3	MSPP/en GP.mp3.calo	02h23min	Sim	Faixas reunidas em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en GP.trans.calo	42 páginas	Sim	Digitada

DESCRITORES:

Estatuto da Terra
Eudes de Souza Leão Pinto (presidente do Inda)
Fazenda Pirituba (SP)
Fazenda Sarandi (RS)
Golbery do Couto e Silva (chefe do SNI, 1964-1967)
Governo Carvalho Pinto (Estado de SP, 1959-1963)
Governo Castello Branco (1964-1967)
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural
João Pacheco Chaves (político)
Paulo de Assis Ribeiro (presidente do Ibra)
Política de desapropriação
Processo de desapropriação
PSD – Partido Social Democrático
Reforma agrária
Supra – Superintendência de Política Agrária
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO:

Fita 1, Lado A: Inicia a entrevista descrevendo perfil de Castello Branco e o interesse pessoal do general para o assunto da reforma agrária; apresenta as diferentes características de Paulo de Assis Ribeiro e Eudes Souza Leão, presidentes do Ibra e Inda; cita os usineiros do nordeste e do sudeste, indicando as diferentes visões de ambos; relembra a oposição de Magalhães Pinto ao projeto de Castello Branco para reforma agrária; apresenta um perfil dos diferentes partidos diante do projeto de reforma agrária; tece críticas a respeito do recenseamento feito pelo IBGE em 1960.

Fita 1, Lado B: Descreve a classificação da terra existente no Brasil e o esforço de elaboração de dados estatísticos; separa o Estatuto em duas linhas básicas: desapropriação e ITR; fala sobre o envolvimento dos militares no projeto, citando especificamente Golbery do Couto e Silva.

Fita 2, Lado A: Relembra os trabalhos financiados por agências internacionais realizados na Fazenda Sarandi e Granja Brilhante; tece críticas à condução da desapropriação dessas fazendas e do tipo de atuação desempenhado pela Supra; cita o papel e obra de Messias Junqueira durante a redação do projeto do Estatuto da Terra; frisa a atitude de João Pacheco Chaves como opositor ao projeto no Congresso.

Fita 2, Lado B: Descreve um seminário organizado pelo grupo de São Paulo para reunir os representantes mais contra e os mais a favor do projeto, a fim de encontrar algum consenso; descreve o projeto de reforma agrária norte-americana.

Fita 3, Lado B (lado A apagado): Relembra o Plano de Revisão Agrária durante o governo de Carvalho Pinto; descreve os problemas para desapropriação da Fazenda Pirituba em São Paulo;

faz um panorama sobre a conjuntura política existente, após eleição de Tancredo Neves; apresenta sua opinião sobre a Supra e sua pecha de "antro comunista".



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Carlos Mário Guedes de Guedes

DADOS BIOGRÁFICOS: Na época da entrevista, superintendente de Reforma Agrária do Incra nacional. Ligado ao PT – Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Coleta de dados para a pesquisa *Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*, financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e realizada em parceria com Carmen Diana Deere.

DATA: 22/07/2004

LOCAL: Incra, Brasília, DF.

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. LNST.K7.che (Fita 2 lado B) e MSPP/en. GP.K7.gg	02 Fitas K7 / 60 min	Não	O início desta entrevista está gravado no final da entrevista MSPP/en. LNST.K7.che (Fita 2 lado B)
MP3	MSPP/en. GP.mp3.gg	01h23 min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.gg	19 páginas	Sim	Digitada

DESCRITORES:

Acampamento rural
Agricultura familiar
Agroecologia
Agronegócio
Assentamento rural
Assistência técnica
Banco Mundial
CCAs - Centrais de Cooperativas Assentados
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Concrab – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
Controle ambiental
Cooperativismo
Crédito rural
Crenor – Cooperativas de Crédito Rural
Desapropriação de terra
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Filipinas
Fórum Social Mundial (V, 2005)
Governo FHC (1995-2002)
Governo Lula (2003-2006)
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Miguel Rosseto (Ministro MDA)
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Neoliberalismo
ONU - Organização das Nações Unidas
Paes – Programa de Acompanhamento das Empresas Sociais
Petrolina (PE)
Plano Safra de Agricultura Familiar
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (2º, 2003)
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Polígono da Maconha (Vale do São Francisco, PE)
PPA – Plano Plurianual (Governo FHC 1998)
Procera – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
Projeto de assentamento
Projeto Lumiar (Incra)
Projeto Terra Sol (Incra)
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Raul Belens Jungmann Pinto (ministro MDA)
Sipra - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
Vale do São Francisco

SUMÁRIO:

Fita 1 lado B - O entrevistado fala sobre a discussão da reforma agrária no plano internacional; explica o objetivo do Comitê de Reforma Agrária e Desenvolvimento da FAO; ressalta o papel do neoliberalismo na dissolução da reforma agrária; afirma que o MST apóia a iniciativa do PNUD; fala sobre o Fórum Social Mundial de 2005 e o 2º PNRA; discorre acerca do desafio de realizar uma reforma agrária frente à estrutura pública; trata do legado do governo FHC para os movimentos sociais; analisa as desapropriações de 2004; fala sobre as monoculturas, principalmente da soja e afirma que persiste o ideal de quantidade sob qualidade no governo Lula; ressalta a necessidade de reestruturação da assistência técnica e extensão rural nos assentamentos e de políticas públicas que levem serviços aos assentados; fala sobre o caráter patriota do agronegócio *versus* o desafio de promover a agricultura familiar ou camponesa; discorre sobre o Pronaf; compara o governo Lula e governo FHC em relação à reforma agrária e movimentos sociais; afirma que o Incra pretende “sair do plano simbólico para a efetividade”; ressalta as contradições do discurso que prega a agricultura familiar como complementar ao agronegócio; discute o papel da assistência técnica; fala sobre o Incra durante o governo FHC; aborda a tentativa do Incra de retomar a assistência técnica multidisciplinar; explica os contratos plurianuais do governo FHC; fala sobre o papel das cooperativas do MST; fala sobre o Projeto Lumiar; explica o financiamento a fundo perdido; discute as propostas para combater a degradação ambiental;

Fita 2 lado A - discorre sobre a incorporação da agroecologia no 2º PNRA; aponta para a falta de um instituto de pesquisa que colabore efetivamente com o Incra; fala sobre o projeto Terrasol; fala sobre a parceria do Incra com a Concrab e sobre o Paes; aponta as experiências de linhas de crédito na bacia do médio São Francisco; apresenta os impedimentos estruturais do Incra para a realização da reforma agrária no Brasil; fala sobre financiamentos e titulação da terra; defende projetos de assentamento que visam a autonomia futura das famílias; fala sobre os critérios de seleção das famílias sem terra para os projetos de desapropriação e as áreas prioritárias de reforma agrária; critica a ideia da reforma agrária exclusiva para aqueles que sempre viveram da terra; discorre acerca das péssimas condições em que sobrevivem as famílias acampadas; ressalta a burocracia envolvida na avaliação de imóveis rurais; explica as diversas fases de classificação de um assentamento e o plano de recuperação; fala sobre os problemas do Sipra e a intenção do cruzamento de dados com o SNCR – Sistema Nacional de Cadastramento Rural; fala sobre o ITR;

Fita 2 lado B - Avalia a relação do Incra com os movimentos sociais; conta que os funcionários do Incra demandam visitar os programas de assentamento e ressalta o distanciamento desta instituição da “realidade do país”; lê os critérios eliminatórios e classificatórios na seleção de famílias assentadas.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Celso Barros Coelho

DADOS BIOGRÁFICOS: Vice-líder do PFL e deputado pelo estado do Piauí no momento da entrevista. Nasceu em Pastos Bons (MA) em 11/05/1922. É jurista, professor e político. Foi deputado estadual (1963-1964) e deputado federal pelo Piauí (1975-1979 e 1983-1987). Procurador autárquico federal aposentado, escritor e membro da Academia Piauiense de letras, da qual foi Presidente (1998-2000).

ENTREVISTADOR (ES): Gerson Menezes

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal de Brasília

TÍTULO DA MATÉRIA: “PNRA é pedra fundamental”

DATA: 16/10/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.cb	02 páginas	Sim	Fotocópia do periódico

DESCRITORES:

Assembleia Nacional Constituinte (1987)
Capitalismo
Conflito por terra
Direito à propriedade
Especulação imobiliária
Forças armadas
Governo Sarney (1985-1989)
Latifundiário
Partido político
Pequeno produtor rural
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (I,1985)
Reforma Agrária
Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Explica o que é o PNRA e comenta os seus principais limites e possíveis alcances; considera que o Plano não será capaz de efetuar a reforma agrária, mas representa um primeiro passo nesse sentido; explica em que sentido o Plano pode ser considerado frustrante e em que medida ele significa um avanço; avalia o alcance do Plano em um contexto próximo a realização de uma Constituinte; comenta os motivos que levaram o presidente a recuar em algumas propostas do Plano; defende um tratamento particularizado para os conflitos por terra; considera que o Nordeste será pouco beneficiado pelo Plano, pois ele não provocou uma alteração nas relações entre latifundiário e trabalhador rural; questionado sobre a avaliação do senador Jutahy Magalhães (PFL-BA), que considera os setores imobilistas da sociedade como os opositores da reforma agrária, discorda e argumenta que esses setores, que não são detentores da propriedade, desejam uma reforma agrária nos termos que os beneficiam; comenta a posição da Igreja em relação à reforma agrária e os limites de sua posição; considera que os partidos políticos têm pouca capacidade de contribuir para o debate sobre reforma agrária; por fim, mostra não acreditar na possibilidade de uma reforma agrária que atenda à função social da propriedade no âmbito do Estado atual.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Coronel Carlos Magno Nazaré Cerqueira

DADOS BIOGRÁFICOS: Ex-secretário da Polícia Militar do governo Leonel Brizola (1983-1987).

ENTREVISTADOR (ES): Victor de Araújo Novicki

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: A entrevista foi feita para colher dados para a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, de autoria de Victor de Araújo Novicki. Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*, Ano de Obtenção: 1992.

DATA: 18/06/1990

LOCAL: Rio de Janeiro, RJ.

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: Além da transcrição propriamente dita, há fichas de pesquisa elaboradas à caneta pelo entrevistador acerca dos principais assuntos e temas abordados na gravação.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.K7.cc	01 Fita K7 / 60 min	Não	O início do lado B tem uma interferência, mas logo depois o som volta ao normal
MP3	MSPP/en. GP.mp3.cc	53min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.cc	26 páginas (transcrição) 05 fichas	Sim	Transcrição datilografada com cópia e com revisão do texto à caneta. Resumo à caneta feito pelo entrevistador

DESCRITORES:

Corrupção
Democracia
Direito de greve
Direitos humanos
Campanha Diretas Já (1982)
Ditadura militar (1964-1985)
Exército Brasileiro
Governo federal
Governo Leonel Brizola (1983-1987)
Governo Moreira Franco (1987-1991)
Governo Sarney (1985-1989)
Luta pela terra
Paulo Brossard (ministro da justiça)
Ocupação de terra
Polícia Civil
Polícia Militar
Segurança pública
Violência policial

SUMÁRIO:

Avalia a separação da Secretaria de Segurança em Polícia Militar e Polícia Civil no governo Brizola e os impactos no movimento de luta pela terra; trata do relacionamento do governo Brizola com o Governo Federal; analisa a valorização da corporação pelo governo estadual; aponta a mudança do tratamento e abordagem da polícia com a população; avalia a violência no governo Moreira Franco e a criação do Conselho de Direitos Humanos; discorre sobre a cultura histórica de violência policial e dificuldades na mudança desta cultura; apresenta o caso da Fazenda Barreiros em Paracambi; aborda a relação da PM com grupos organizados como Fetag, MST e Pastoral da Terra; fala do papel da polícia em regimes democráticos; analisa a situação policial no governo Chagas Freitas; discorre sobre as complicações com o jogo do bicho.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dante Martins de Oliveira

DADOS BIOGRÁFICOS: Nasceu no Mato Grosso em 1952. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), militou no Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) durante a Ditadura Militar. Foi eleito deputado estadual no Mato Grosso pelo MDB em 1978. Com a extinção do bipartidarismo, filiou-se ao PMDB, sendo eleito deputado federal em 1982. Autor da emenda constitucional Dante de Oliveira Pereira de Carvalho que tinha por objetivo reinstaurar as eleições diretas para Presidente da República no Brasil. Foi prefeito de Cuiabá entre 1986 a 1989; 1993 a 1994. Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário do Brasil no período de 1986/1987 e governador do Mato Grosso entre 1995 a 2002. Morreu em 2006, vítima de uma pneumonia, num quadro agravado pelo diabetes.

ENTREVISTADOR (ES): Ricardo Amaral e Theodomiro Braga

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: “A reforma vem devagar”

DATA: 06/07/1986

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP cli.dmo	01 página	Sim	

DESCRITORES:

Assentamento rural
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Dante Martins de Oliveira (Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário)
Governo Sarney (1985 – 1989)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Justiça agrária
Mirad – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Reforma agrária
Trabalhador rural
UDR – União Democrática Ruralista
Violência no campo

SUMÁRIO:

Fala sobre programa nacional de reforma agrária do governo brasileiro; coloca metas de assentamento a serem atingidas; fala sobre primeiras medidas tomadas; fala sobre recursos necessários para o assentamento das famílias; diz que quer mostrar importância econômica e social do programa de reforma agrária; explica meta real de assentamentos para o ano de 1986; diz ser necessário pensar também na qualidade dos assentamentos; opina sobre atuação da UDR; afirma que não tem o que discutir com a UDR uma vez que a entidade se coloca contra um programa do governo; opina sobre “invasões” de terra; diz que dialoga com a CPT por ser uma entidade ligada à Igreja a favor da reforma; fala sobre causa da violência no campo e necessidade da reforma agrária; diz querer fazer justiça a Nelson Ribeiro através de sua atuação; comenta boatos feitos a sua nomeação; fala sobre diálogo entre o governo Sarney e a Igreja; afirma que a reforma agrária não se esgota no assentamento, mas segue em direção a capacidade de produzir e sobreviver dentro de um modelo capitalista; diz que o tema da reforma agrária sempre vai tocar na questão da propriedade, mas que o programa da reforma agrária não pode se encerrar na titulação; critica atuação do governo Figueiredo sobre distribuição de títulos de terra; afirma que não se separa política agrícola de política agrária; comenta sua atuação no MR-8, do MDB e PMDB; opina sobre atuação do PMDB e como este deve se posicionar politicamente; fala sobre relação entre o programa de reforma agrária e a atuação do PMDB.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dante Martins de Oliveira

DADOS BIOGRÁFICOS: Dante Martins de Oliveira (Cuiabá, 6 de fevereiro de 1952 — Cuiabá, 6 de julho de 2006) foi um engenheiro civil e político brasileiro. Natural do estado de Mato Grosso, ficou nacionalmente conhecido pela autoria de uma emenda constitucional que levou seu nome, propondo o restabelecimento das eleições diretas para presidente da república, num movimento que resultou na campanha das Diretas Já.

ENTREVISTADOR (ES): desconhecido

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Senhor

TÍTULO DA MATÉRIA: Pouca terra, muito tempo perdido

DATA: desconhecida

LOCAL:

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPPen.GP.cli. dmo2	1 página	Sim	

DESCRITORES:

Governo Sarney (1985-1989)
Reforma agrária
UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO:

Começa falando sobre a política atual de reforma agrária; fala da importância da descentralização das tarefas institucionais da reforma agrária; fala da experiência de se fazer reforma agrária em um período de transição; fala da legitimidade legal da reforma agrária; fala sobre a UDR; fala da capacidade da reforma agrária de gerar empregos.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Dryden Castro de Arezzo

DADOS BIOGRÁFICOS: Graduado em Ciências Agrônomicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1954) e em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes (1969). Foi presidente do Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e responsável pela implementação da “agricultura de grupos” durante sua gestão.

ENTREVISTADOR (ES): Joaquim Calheiros Soriano

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista desenvolvida para a pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”.

DATA: 24/08/1982

LOCAL: Niterói, RJ

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.K7.dd	02 Fitas K7/60 min	Não	Fitas em bom estado de físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.dd	02h03min	Sim	Fitas 1 e 2 reunidas em em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	Não há			

DESCRITORES:

Agricultura familiar
AI-9 – Ato Institucional nº 9
Altamira (PA)
Amazônia
Baixada Fluminense (RJ)
Bela Vista (AM)
Cepac - Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
Classe patronal
Cooperativa Agrícola de Cotia (SP)
Cooperativa Pindorama (Goiânia, Goiás)
Cooperativismo
Crédito agrícola
Darcy Ribeiro (acadêmico)
Duque de Caxias (RJ)
Estatuto da Terra
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Farsul – Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
Fazenda Caixão (Duque de Caxias, RJ)
Fazenda Piranema (Duque de Caxias, RJ),
Fazenda Rebojo (Presidente Prudente, SP)
Fazenda São José da Boa Morte (Cachoeiras de Macacu, RJ)
Gebam – Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas
Gera - Grupo Executivo de Reforma Agrária
Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
Governo Castello Branco (1964 - 1967)
Governo Costa e Silva (1967 - 1979)
Governo João Goulart (1961 - 1964)
Governo Médici (1969 - 1964)
Governo Vargas (1937-1945)
Grilagem
GTB - Grupo de Trabalho da Baixada
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Iguatemi (MS)
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
Itaguaí(RJ)
Luiz Fernando Cirne Lima (MA)
Macaé (RJ)
Marubaí (Cachoeiras de Macacu, RJ)
Ministério da Agricultura
Monte Alegre (PA)
Ocupação de terra
Papucaia (Cachoeiras de Macacu, RJ)
Paracambi (RJ)
Paulo Freire (educador)
PDT – Partido Democrático Trabalhista
Pecuária bovina

Projeto de Colonização
Projeto de Colonização São Bento (RJ)
Rede Globo
Regularização fundiária
Rio Tinto (PB)
Santa Cruz (RJ)
Socialismo
Supra - Superintendência de Reforma Agrária
Tinguá (Miguel Pereira, RJ)
Transamazônica
Vale do Ribeira (SP)
Vargem Grande (RJ)

SUMÁRIO:

Fita 1 lado A - Fala sobre sua gestão no Ibra; apresenta os projetos de assentamento que idealizou em Papucaia (RJ) e Marubaí (RJ); explica o sistema que nomeou “agricultura de grupos”; discorre sobre o associativismo na lei brasileira; aponta problemas do tradicionalismo na gestão de cooperativas; narra a experiência da agricultura de grupos em Iguatemi (MS) em 1968 e a organização dos agricultores; discorre sobre os assentamentos da fazenda Rebojo (SP) e Rio Tinto (PB) e as características das terras da região como a divisão do trabalho e renda entre as famílias; destaca a origem europeia do termo “agricultura de grupo”; ressalta a dificuldade dos assentados em obter crédito e autonomia dos subsídios estatais; consequências da fusão do Ibra com o Inda, e criação do Incra em 1970; fala sobre sua relação com os generais da ditadura militar e da participação no Grupo Interministerial de Reforma Agrária; aborda a elaboração do Estatuto da Terra;

Fita 1 lado B - Critica a estrutura do Incra, Getat, Gebam e atividades de extensão rural durante os governos Castelo Branco e Costa e Silva; fala sobre a influência de Paulo Freire e Darcy Ribeiro em sua formação; fala sobre o poder político das autarquias; qualifica programas de colonização e regularização fundiária como procedimentos para “mascarar” a reforma agrária no governo Médici; cita Altamira (PA); discorre sobre Marubaí (RJ) e a desapropriação de São José da Boa Morte em 1969;

Fita 2 lado a - Ressalta o “paternalismo estatal” como uma característica dos projetos de colonização; volta a falar do processo de Marubaí (RJ); ressalta a carga emocional presente nas famílias transferidas para áreas de colonização; critica pesquisadores e acadêmicos que analisam os processos do campo brasileiro a partir do mesmo referencial teórico; discorre sobre socialismo e reforma agrária; fala da resistência que enfrentou no Incra a empreendimentos coletivos; analisa o agricultor brasileiro como individualista; fala sobre sua formação profissional; afirma que, no Governo Vargas, os colonos eram tratados como “vassalos” em um modelo autoritário; descreve as experiências de fortalecimento comunitário em Santa Cruz (RJ), Papucaia (RJ) e Macaé (RJ); fala sobre seu trabalho de educação de base no Espírito Santo e histórico profissional; comenta a implantação de uma gleba no Vale do Ribeira (SP) e Vargem Grande (RJ); conta as propostas que recebeu para cargos políticos;

Fita 2 lado B - Afirma que o projeto do PTB e do Governo João Goulart voltou-se para a ascensão das camadas populares; narra os processos de ocupação em Paracambi (RJ) e

desapropriação da Fazenda de Santa Cruz (RJ), em 1962; apresenta seu conflito com uma repórter da Rede Globo; discorre sobre a prática de grilagem e interesses de políticos locais nas invasões de terras; fala sobre o surto de malária na Baixada Fluminense, em 1939; novamente fala sobre Papucaia (RJ); trata da experiência da Cooperativa Pindorama (GO), hoje pertencente à indústria Maguary; analisa o problema dos minifúndios urbanos, fora da jurisdição do Incra; fala sobre os italianos e japoneses trazidos para a colonização de Papucaia (RJ); analisa a atuação da Supra; discorre sobre seu trabalho no GTB; por fim, discute a tese do entrevistador, e as razões para a escolha de Marubaí (RJ) como objeto de pesquisa e indica as melhores maneiras de abordar o tema.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Edgar Ribeiro de Sousa

DADOS BIOGRÁFICOS: Ex-secretário executivo da CAF – Comissão de Assuntos Fundiários. A Comissão foi criada e extinta durante o Governo Brizola (1983-1987).

ENTREVISTADOR (ES): Victor de Araújo Novicki

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: A entrevista foi feita para colher dados para a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, de autoria de Victor de Araújo Novicki. Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*, Ano de Obtenção: 1992.

DATA: 17/06/1990

LOCAL: Rio de Janeiro, RJ.

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.K7.ers	01 Fita k7/ 60 min	Não	A entrevista era originalmente composta por 03 fitas, mas o entrevistador reutilizou as fitas 1 e 3 para outras entrevistas. O áudio disponível corresponde apenas ao da fita 2.
MP3	MSPP/en. GP.mp3.ers	00h59min	Sim	Lados A e B reunidos em em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.ers	37 páginas 11 fichas	Sim	Transcrição incompleta manuscrita (Contém apenas trechos da versão completa). Resumo à caneta elaborado pelo entrevistador

DESCRITORES:

ANC – Assembléia Nacional Constituinte (1988)
Assentamento Campo Alegre (Nova Iguaçu/Queimados, RJ)
CAF - Comissão de Assuntos Fundiários (RJ)
Carlos Alberto Caó (deputado estadual)
Constituição Federal Brasileira (1988)
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Fazenda Barreiros (Paracambi, RJ)
Conceição de Macabu (RJ)
Fazenda Morro das Cinzas (Magé, RJ)
Fazenda Santa Rosa (Valença, RJ)
Fernando Moura (CPT - RJ)
Fetag/RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
Governo Brizola (1983-1987)
Governo Chagas Freitas (1979-1983)
GTA - Grupo de Trabalho de Assuntos Fundiários (RJ)
Guaratiba (RJ)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iterj – Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro
João Bastos (liderança)
Laerte Bastos (liderança)
Latifúndio
Lei de Terras (1850)
Magé (RJ)
Marcelo Alencar (PDT)
Miguel Presburger (advogado)
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Nova Iguaçu (RJ)
Paraty (RJ)
PDT- Partido Democrático Trabalhista
Polícia Civil
Polícia Militar
Queimados (RJ)
SEAF - Secretaria de Habitação e Trabalho (RJ)
Siagro/RJ – Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro
Violência policial
Xerém (RJ)

SUMÁRIO:

Fita 1- Edgar Ribeiro de Sousa narra seu envolvimento com o movimento estudantil; fala de sua formação como advogado; aborda o programa do PDT – Partido Democrático Trabalhista; fala da criação da CAF; trata os conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro durante a ditadura militar e no período da redemocratização; aponta os casos das áreas de Xerém (RJ), Italva (RJ) e Campo Alegre (RJ); aborda a prática de grilagem; narra a motivação do movimento

de trabalhadores para recuperar terras perdidas na ditadura; a política de assentamentos do governo Brizola; trata do estímulo a ocupações por meio de uma política que evitava o despejo; aborda o caso da Fazenda Barreiros (RJ); avalia a estrutura da Comissão e sua relação com lideranças dos movimentos sociais como Laerte Bastos e João Bastos; avalia a relação dos técnicos com os trabalhadores rurais no assentamento; aponta as práticas de despejo do então Prefeito Marcelo Alencar (PDT) na região de Guaratiba; trata da especulação imobiliária; avalia o destaque do assentamento Campo Alegre (RJ)

Fita 2 - fala da resistência de Brizola à criação do Iterj - Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro; aborda as características da ação discriminatória de terras, da indenização por desapropriação de terceiros de boa-fé e desapropriação por utilidade pública; avalia a postura dos poderes Legislativo e Judiciário em relação à questão agrária; trata da mídia no período; fala das relações da Fetag/RJ, Incra, Comissão Pastoral da Terra e MST com a CAF; aponta o papel de mediadores como Miguel Presburguer e Fernando Moura; analisa a disputa entre os movimentos sociais; discorre sobre a prática do clientelismo; avalia os efeitos da “politização do movimento”; analisa o perfil dos trabalhadores de ocupações urbanas no Rio de Janeiro; faz comparação entre os Governos Brizola e Chagas Freitas em relação à violência policial; fala da extinção da CAF e criação da SEAF - Secretaria de Assuntos Fundiários;

Fita 3 - Aponta as dificuldades burocráticas para estabelecer convênios entre a CAF e o Incra; fala do projeto das fazendas experimentais e seu uso pelo governo; analisa as indenizações por desapropriação a preço de mercado; faz uma avaliação geral do Governo Brizola; discorre sobre o conceito de usucapião; discute a legislação agrária no Brasil e as consequências para a reforma agrária.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Eraldo Maués

DADOS BIOGRÁFICOS: Graduado em História pela UFPA; Presidente do Diretório da Juventude da Ação Católica; Professor do NAEA; Coordenador do NAEA; Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA.

ENTREVISTADOR(ES): Luciano Leal Almeida.

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado de Luciano Leal Almeida, intitulada *Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)*, defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DATA: 2009

LOCAL: Pará

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/en.GP. mp3.erma	45min	Sim	Áudio já disponível em formato digital
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.GP. trans.erma	06 páginas	Sim	Transcrição não literal feita pelo entrevistador

DESCRITORES:

Auriléia Abelém (diretora Plades)

CAT – Centro Agroambiental de Tocantins

CPDA – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ)

Fata – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia

Jean Hébette (coordenador NAEA)

Jean Hébette (professor UFPA)

Lasat – Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Plades – Planejamento do Desenvolvimento/UFPA

PDTU – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/UFPA

Questão ambiental

Sindicalismo rural

Trabalhador rural

Transamazônica

UFPA – Universidade Federal do Pará

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO:

Inicia falando de sua formação e atuação profissional; 1971: inscrição para ser professor da UFPA; Diz que, como estudante, participou ativamente das atividades estudantis; Comenta ligação com a Juventude da Ação Católica em Belém; Cita greve realizada em 1961 que propunha reforma da universidade; Fala que teve problemas no concurso na época por ter sido considerado comunista; Diz que estatuto da Universidade na época previa realização de mestrado e doutorado; Conta que foi para a UnB fazer mestrado; Fala do período em que começou a trabalhar no NAEA e sobre a situação interna desse Núcleo na época; 1985: democratização, eleição dos órgãos da universidade, mudança política no NAEA e aprovação do CAT; Contexto em que entra como coordenador do NAEA; Diz que houve discussão dentro do NAEA sobre a criação do programa do CAT, mas que o que levou à criação foi a pesquisa preliminar sobre a região realizada por Jean Hébette; Explica como ele, enquanto coordenador do NAEA, e sua vice, enxergavam o projeto do CAT no período; Afirma que havia apoio ao CAT também fora do NAEA; Explica surgimento do NAEA em 1971; Diz que Jean Hébette apesar de economista se aproximava mais das Ciências Sociais; Explicita diferenças existentes entre as gestões anteriores no NAEA em relação à que se configurou com sua entrada como coordenador; Fala sobre interesse de sua gestão em fortalecer a atividade acadêmica e também de ter uma atuação política; Diz que isso foi concretizado através do CAT; Explica conflito de Jean Hébette e Raul Navegantes com outros pesquisadores do NAEA; Afirma que conflito se dava devido à ausência de uma formação pós-graduada dos dois; Explica porque discorda com posicionamento desses pesquisadores em relação aos dois; Conta que não acompanhou muito as críticas feitas ao CAT durante coordenação do NAEA por Raul Navegantes e Jean Hébette porque estava como diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Comenta sobre rigor das exigências formais da pós-graduação na época; Cita período de coordenação do Plades da professora Auriléia Abelém e queda do conceito do curso

com sua saída; Diz que situação foi utilizada para atacar Jean Hébette e Raul Navegantes; Diz que grupo que apoiava Jean Hébette e Raul Navegantes se retirou do NAEA na época em que os dois saíram; Diz que desde então não retornou como professor ou pesquisador do NAEA; Fala sobre contato que manteve com o CAT depois que saiu do NAEA e desdobramento dos cursos no período posterior ao fim do CAT; Fala sobre criação de um programa interdisciplinar que ocupou o lugar do CAT; Diz que Jean Hébette é colaborador do programa; Opina sobre atuação do CAT; Comenta conflito que resultou no seu afastamento e de outros pesquisadores do NAEA.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Eugênio Conoly Peixoto

DADOS BIOGRÁFICOS: Ex-assessor da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e, no momento da entrevista, Secretário de Desenvolvimento Agrário do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros e Carmem Deere

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Coleta de dados para a pesquisa *Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*, financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e realizada em parceria com Carmen Diana Deere.

DATA: 19/07/2004

LOCAL: Não consta

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.ecp	01 Fita k7/60min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.ecp	01h02min	Sim	Lados A e B reunidos em em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans. ecp	16 páginas	Sim	Digitada

DESCRITORES:

Acampamento Sebastião Lan (Casemiro de Abreu, RJ)
Assistência técnica
Banco da Terra
Banco Mundial
Cooperação técnica
Crédito fundiário
Desenvolvimento rural
Governo FHC (1995-2002)
Governo Lula (2003-2006)
Igreja
Programa Cédula da Terra
Programa Nossa Primeira Terra
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Reforma agrária de mercado
Regularização fundiária
Sindicalismo rural
Descentralização política e institucional

SUMÁRIO:

Fita 1 lado A – Fala sobre a necessidade de a reforma agrária ser uma política de desenvolvimento ao invés de política social e a dificuldade de impor isso ao Incra; fala sobre as concepções de reforma agrária e o agronegócio; analisa a parceria entre o Estado, Contag, Fetraf, movimentos sociais em geral, para implementação da reforma agrária; discorre sobre a necessidade de se constituir autonomia do grupo assentado perante o Estado; fala sobre a construção de uma rede de instituições de apoio à reforma agrária junto ao Incra; fala das terras agricultáveis; avalia as instâncias e trâmites para a reforma agrária (Condraf, Ater, secretarias etc); aponta à construção de uma gestão descentralizada de reforma agrária; aborda as diferentes realidades fundiárias e produtiva nos estados para avaliar o sucesso ou fracasso da reforma agrária; fala sobre o acesso à terra através do crédito fundiário e o MST; avalia a participação dos movimento sociais na gestão pública como forma de controle social; faz críticas à ideologização da reforma agrária; analisa a relação do Ministério Público com a compra de terras; fala sobre a política do PSDB e o embate com o MST; analisa as diferenças territoriais para a construção de instrumentos diferenciados para implementação da reforma agrária; discorre sobre o latifúndio e o agronegócio como projetos políticos comuns; fala sobre a emancipação dos assentamentos; trata das diferentes demandas territoriais (estaduais e regionais) de reforma agrária; fala sobre as metas dos programas de governo; fala sobre a necessidade de enfrentar as dificuldades encontradas nos programas de modo a resolvê-las; discorre sobre o desenvolvimento e pagamento da terra a partir do Programa Cédula da Terra, sobre os beneficiários e a dificuldade de gestão coletiva nos projetos de assentamento; fala sobre a construção de um sistema unificado para o cálculo do preço da terra e por fim se atém à relação do MDA e Incra.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Fernando César Mesquita

DADOS BIOGRÁFICOS: Fernando César Mesquita é jornalista, que foi convidado pelo então Presidente da República José Sarney para se tornar o Presidente do IBAMA.

ENTREVISTADOR (ES): Luiz Carlos Lourenço

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Globo

TÍTULO DA MATÉRIA: O fiscal do verde enfrenta a devastação

DATA: 11/02/1990

LOCAL: Rio de Janeiro

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP .clip.fcm	1 página	Sim	

DESCRITORES:

Exército Brasileiro

Governo Collor (1990-1992)

Governo Moreira Franco (Estado do RJ, 1987-1991)

Governo Sarney (1985-1989)

Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

SUMÁRIO:

Avaliação do primeiro ano de funcionamento do IBAMA e suas dificuldades perante à violência dos desmatadores; a mobilização internacional acerca da questão ambiental; crítica aos países centrais por não cooperarem; a baixa remuneração dos agentes do IBAMA e o combate à corrupção; a articulação com o Exército; voluntários do exército para se tornarem fiscais ambientais; medidas em sua gestão para reduzir o desmatamento; perspectivas para o IBAMA no vindouro governo Collor; atuação do IBAMA no estado do Rio de Janeiro; combate à incêndios e equipamentos do IBAMA; suas perspectivas futuras de atuação profissional.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Fernando César Mesquita

DADOS BIOGRÁFICOS: Jornalista, foi convidado pelo então Presidente da República José Sarney para se tornar presidente do IBAMA. Porta-voz do mesmo governo e governador do arquipélago de Fernando de Noronha, em 1987, quando se engajou no ambientalismo.

ENTREVISTADOR (ES): Terezinha Costa

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: “Ibama, uma exceção no governo Sarney”

DATA: 11/02/1990

LOCAL: Rio de Janeiro

OBSERVAÇÕES: Original do jornal colado em folha do setor de documentação nacional da FASE.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP cli.fcm2	01 página	Sim.	Documento original, separado em arquivo de clipping da FASE.

DESCRITORES:

Acre
Amazônia
Ambientalismo
Extrativismo
Código Florestal (1965)
Garimpeiros
Governo Collor (1990-1992)
Governo Sarney (1985-1989)
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
Índios Yanomami
Reserva Extrativista do Alto Juruá (AC)
Rodovia BR-364
Roraima
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SUMÁRIO:

Começa a entrevista expondo do que se trata a questão ambiental mundialmente, da necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento; fala da relação entre a miséria nas cidades e a devastação da Amazônia; comenta a regulamentação de dispositivos do Código Florestal então vigente, fala sobre a exigência do Plano Integrado Floresta-Indústria - Pifi, da relação com as empresas que utilizam matéria prima florestal; fala da expectativa em relação à questão ambiental no governo Collor; fala sobre os órgãos públicos que foram centralizados na criação do IBAMA e os motivos que fizeram com que sua gestão fosse considerada exitosa; conta alguns episódios de ameaças sofridas por ele e outros funcionários do IBAMA; fala sobre a ocorrência de incêndios e a necessidade de compra de aviões para combate ao incêndio; fala das tentativas de suborno para compra de aviões e comenta a relação com países ricos a respeito da questão ambiental; comenta sobre o interesse dos países ricos em realizar pesquisa científica na Amazônia; volta a falar sobre as intenções do governo Collor em relação à pasta ambiental, e ao IBAMA especificamente; fala da estruturação do órgão; comenta a criação da primeira reserva extrativista do país, a Reserva Extrativista do Alto Juruá (AC); opina sobre o projeto de asfaltamento da BR-364, que liga Rio Branco (AC) ao Peru; fala sobre a atividade do garimpo, a exploração dos garimpeiros pelos donos dos garimpos, destaca o que ocorre em Roraima; fala sobre a criação da reserva ianomâmi; e fala sobre a aprovação do regimento interno do IBAMA, de seu perfil de gestão e a relação com o presidente.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Fernando Lyra

DADOS BIOGRÁFICOS: Era Ministro da Justiça do governo Sarney no momento da entrevista, cargo que exerceu entre 1985 e 1986. Nasceu em Recife, em 1938, vindo a falecer em 2013. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Caruaru em 1964. Exerceu seis mandatos de deputado federal.

ENTREVISTADOR (ES): Ingrid Rocha

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal de Brasília

TÍTULO DA MATÉRIA: “SNI pode servir à democracia, diz Lyra”

DATA: 27/07/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.fl	04 páginas	Sim	Fotocópia de recorte do periódico

DESCRITORES:

Assembleia Nacional Constituinte (1987)
Capitalismo
Constituição Federal (1946)
Constituição Federal (1988)
Democracia
Direito à propriedade
Economia
Estado democrático
Governo Sarney (1985-1989)
Legislação agrária
Ministério da Justiça
Modernização da agricultura
Nova República
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
Partido político
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (I,1985)
Reforma Agrária
Repressão política
SNI – Serviço Nacional de Informações
Tancredo Neves (presidente eleito 1985)

SUMÁRIO:

Destaca que a Constituinte tem sido percebida pelo povo como uma possibilidade de concretizar mudanças; ressalta que as mudanças na sociedade já aconteceram e explica que a Constituinte cumpre o papel de adequar a legislação às mudanças; considera que os mecanismos de consolidação das transformações já existentes são uma nova constituição e um novo arranjo partidário; discorre sobre o sistema partidário e o regime democrático no Brasil, que considera ter uma estrutura particular em relação ao restante do mundo; fala sobre as forças que são a favor e contra o PNRA; explica que a Constituinte não altera o regime econômico do Brasil e sim o regime do governo; elucida a diferença entre as conjunturas que levaram a elaboração das Constituintes em 1946 e 1986; fala sobre o processo de modernização social no Brasil, destacando o lugar da reforma agrária nesse debate; justifica a escolha de membros com trajetórias divergentes para compor a Constituinte; comenta as críticas que tem recebido da OAB e destaca a sua posição ao ressaltar que a Constituinte é um problema político e não um problema jurídico; explana sobre como enfrentou a transferência de poder de Tancredo Neves para José Sarney, ressaltando o papel do Ministério da Justiça nesse processo; comenta ainda o trabalho dos juizes no julgamento de militares que estiveram comprometidos com a repressão; explica como a mudança de regime político tem impactado no PMDB; fala brevemente sobre as diferenças políticas entre os ministérios no governo Sarney e esclarece porquê é tido como o ministro mais informal do governo.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Fernando Santana

DADOS BIOGRÁFICOS: Deputado e presidente da Comissão Especial de Reforma Agrária no momento da entrevista. Nasceu em Irará/BA, em 1915, vindo a falecer em 2012. Nasceu em Irará (BA), em 10/10/1915. Formou-se em 1944 no curso de Engenharia da então Escola Politécnica da Bahia. Ingressou na política elegendo-se deputado federal, cargo que exerceu até a eclosão da ditadura, em 1964. Retomou a carreira parlamentar, elegendo-se deputado federal em 1983, 1987 e para a Assembleia Nacional Constituinte.

ENTREVISTADOR (ES): Não identificado

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Tribuna da Imprensa

TÍTULO DA MATÉRIA: “A luta pelo fim dos latifúndios no País”

DATA: 06/10/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.fs	03 páginas	Sim	Fotocópia de recorte do periódico

DESCRITORES:

Conflito por terra
Direito à propriedade
Direito agrário
Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
Governo Sarney (1985-1989)
Latifundiário
Plínio de Arruda Sampaio
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (I,1985)
Reforma Agrária
Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Fala sobre o processo de elaboração e encaminhamento do PNRA e avalia que as sugestões ao Plano consideradas de pouca utilidade favorecem os grandes proprietários; julga que o país está com cem anos em atraso no que se refere à realização da reforma agrária e considera que o PNRA é um plano modesto e exequível; discorre sobre um dos pontos polêmicos do Plano, que é a discussão sobre a desapropriação; avalia os limites da reforma agrária em curso e considera que o caminho possível para efetivar uma reforma agrária no país é por meio da pressão social de setores que apoiem essa política; fala sobre o papel das reformas para a estabilização política e discorre sobre a polarização das forças em disputa em torno do projeto de reforma agrária (esquerda e conservadores); explica o papel da Comissão Especial de Reforma Agrária e aponta alguns entraves que dificultaram os trabalhos da Comissão; comenta a denúncia do deputado Plínio de Arruda Sampaio de que o Getat vem descaracterizando o PNRA.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Gilberto Bampi

DADOS BIOGRÁFICOS: Assistente técnico de desapropriação da Divisão de Administração e Orçamento do Incra - Instituto de Colonização de Colonização e Reforma Agrária.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde de Servolo Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para a pesquisa “Reforma do Estado: instâncias, conflitos e atores. O lugar dos trabalhadores rurais”. Financiamento: Capes, 1997-1998.

DATA: 12/1997

LOCAL: Incra, Brasília, DF.

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.gb	02 Fitas k7/60 min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro. Fita k7 nº1 contém duas entrevistas distintas
MP3	MSPP/en. GP.mp3.gb	01h20min	Sim	Fitas 1 e 2 reunidas em em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.res.gb	03 páginas	Sim	Resumo digitado e elaborado pela entrevistadora

DESCRITORES:

Banco Mundial
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
Eduardo Suplicy (senador)
Especulação imobiliária
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Farsul - Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
Governo Collor (1990-1992)
Governo Itamar Franco (1992-1994)
Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Itesp – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
ITR – Imposto sobre a propriedade Territorial Rural
Lei Agrária - Nº 8.629 (1993)
Ministério Extraordinário de da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Poder Judiciário
Processo de desapropriação
Proterra - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária
PT- Partido dos Trabalhadores
Receita Federal
Senado Federal
STF - Supremo Tribunal Federal
UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO:

Fala sobre os trâmites necessários à normatização das desapropriações de terras; apresenta sua trajetória e participação, em 1992, na aprovação da Lei Agrária (1993); avalia a reforma agrária no Governo Collor; coloca o posicionamento da FAO e Incra sobre a Lei Agrária; explica o termo “propriedade produtiva” cunhado pela Farsul, que, em conjunto com a CNA e UDR, conseguiu aprovar no Congresso Constituinte sua definição; traça um breve histórico das desapropriações até o governo FHC; fala da necessidade de agilizar a burocracia para realizar desapropriações e modernização do cadastro rural; afirma que a morosidade na reforma agrária está relacionada à falta de “Recursos Humanos” no Incra e que a modernização tecnológica aceleraria o processo judicial; frisa a importância de aparatos legais que impeçam a “maquiagem” de imóveis rurais; afirma que a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário foi possível graças à articulação dos movimentos sociais, em especial a Contag; opina sobre como deveria ser realizada a descentralização do Incra e fala sobre os avanços do Itesp para exemplificar; afirma que os superintendentes do Incra sofrem pressão externa; discorre acerca da questão judicial para a desapropriação e sobre a discussão do depósito judicial sobre o valor declarado no ITR, considerado inconstitucional pelo STF; afirma que, desde então, passou a ocorrer uma superavaliação dos imóveis; fala sobre as críticas do Banco Mundial aos mecanismos de desapropriação de terras, e da provável reedição do Proterra; discorre sobre o ITR e reflete sobre as diversas vertentes do debate entre

Legislativo, Judiciário e Executivo; propõe que a Receita Federal avalie o preço do imóvel e o Incra fiscalize.



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Guilherme Cassel

DADOS BIOGRÁFICOS: Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário).

ENTREVISTADOR (ES): Marco Aurélio Weissheimer

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: *Carta Maior*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Brasil precisa discutir se quer um rural com gente ou sem gente”

DATA: 21/07/2010

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.gc	06 páginas	Sim	Digitado

DESCRITORES:

Agricultura familiar
Assentamento rural
Assistência técnica
Bancada Ruralista
Censo Agropecuário (2006)
Classe patronal
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
Congresso Nacional
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Crédito agrícola
Crédito rural
Especulação fundiária
Fetraf - Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Governo Lula (2003-2010)
Guilherme Cassel (Ministro MDA)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Índices de produtividade agrícola
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Matriz energética
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Miguel Rosseto (ministro MDA)
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Mudança climática
Poder Judiciário
Política de assentamento
Política de preços
Recurso natural
Reforma agrária
Segurança alimentar
Seguro agrícola
Trabalho escravo
UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO:

O entrevistador introduz os dados apresentados pelo Ipea sobre a situação do campo brasileiro; o entrevistado avalia as críticas sofridas pelo MDA por parte do MST e da direita; fala sobre o número de famílias assentadas e afirma que este é maior do que em todos os governos anteriores; apresenta os dados do IBGE sobre a situação do campo brasileiro; fala sobre a complexidade dos problemas no campo envolvendo diversas populações com demandas diversificadas; afirma que a reforma agrária é a reforma agrária clássica no Sul do país, regularização fundiária no Norte e Nordeste e crédito fundiário para todos; defende que internacionalmente o rural está sendo novamente valorizado devido a discussão sobre segurança alimentar, mudança climática e matriz energética; fala sobre a situação que

encontrou ao assumir o Ministério; afirma que é preciso retirar ribeirinhos, quilombolas e outros atores sociais da invisibilidade,' afim de mudar o enfoque da reforma agrária; analisa as consequências, principalmente ambientais, da concentração fundiária no país; fala sobre a tensão, fruto das diferentes bases sociais, entre o MDA e MAPA; afirma que o setor ligado ao MAPA, por dispor de força política, acaba por emperrar o debate sobre um novo padrão de desenvolvimento rural; avalia o diálogo do governo com os movimentos sociais, principalmente MST, Contag e Fetraf, e as políticas desenvolvidas a favor dos interesses dos trabalhadores rurais; defende que o governo não mais beneficia apenas os "grandes"; cita novamente os dados do IBGE e Censo Agropecuário de 2006 para atestar que houve diminuição da pobreza e aumento dos assentamentos; cita a importância do seguro agrícola e política de preços para a agricultura familiar; afirma que a compra de terra por estrangeiros é um problema no país e o papel do Incra e Poder Judiciário neste conflito; discorre acerca das prioridades do MDA para o futuro; afirma que a correlação de forças estaria mudando no país quando questionado sobre os índices de produtividade e sua discussão no Congresso Nacional.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Guilherme Cassel

DADOS BIOGRÁFICOS: Secretário Executivo do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

ENTREVISTADOR (ES): Flávia Mattar e Jamile Chequer

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: *IbaseNet*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Entrevista: Guilherme Cassel”

DATA: 20/05/2005

LOCAL: Brasília, DF

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.gc2	06 páginas	Sim	Digitado

DESCRITORES:

Agricultura familiar
Agroindústria
Agronegócio
Assentamento rural
Assistência técnica
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Crédito agrícola
Crédito rural
Dorothy Stang (missionária)
Fetraf- Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Governo Lula (2003-2010)
Grileiro
Guilherme Cassel (Ministro MDA)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Índices de produtividade agrícola
Indústria madeireira
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Latifúndio
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Marcha Nacional pela Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ministério da Fazenda
MMA- Ministério do Meio Ambiente
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Poder Judiciário
Política de assentamento
Povos indígenas
Programa Luz para Todos
Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar
Reforma agrária
Seguro agrícola
Territórios Quilombola
Transgênicos

SUMÁRIO:

Fala sobre a Marcha promovida pelo MST; aponta as metas do Governo Lula para a reforma agrária que, segundo Cassel, estaria sendo feita em ritmo acelerado; avalia as políticas de assentamento do governo Lula e defende que houve grande investimento em infraestrutura; cita o programa Luz para Todos; afirma que as metas da reforma agrária serão cumpridas; fala sobre o corte de verba do MDA; discorre acerca da reestruturação do Incra, afirmando que nos governos anteriores os funcionários nunca foram estimulados e valorizados; defende que os índices de produtividade sejam corrigidos; fala sobre o mapeamento das terras improdutivas;

discorre acerca da agricultura familiar e das políticas de crédito; cita o Pronaf; ao ser questionado sobre o problema de documentação entre trabalhadores rurais, cita o programa de documentação e os programas de crédito; fala sobre o seguro agrícola de catástrofes climáticas; afirma que a agricultura familiar tem se mostrado mais produtiva do que o agronegócio; fala sobre os transgênicos; cita o Pronaf/agroindústria e discute o processamento de alimentos pelos produtores; afirma que o MDA tem divergências com os dados apresentados pela CPT atestando aumento na violência no campo; fala sobre o assassinato da irmã Dorothy e o Plano Nacional de Combate à Violência no campo; afirma que o Incra estaria comprometido na demarcação de áreas indígenas e quilombolas.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Gutemberg Armando Diniz Guerra

DADOS BIOGRÁFICOS: Assessor do governo do estado da Bahia; Assessor do Sindicato da Diocese de Alagoinha, Agrônomo da Fata – Fundação Agrária do Tocantins Araguaia, Diretor Executivo da Fata, professor da UFPA.

ENTREVISTADOR(ES): Luciano Leal Almeida.

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado de Luciano Leal Almeida, intitulada *Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)*, defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DATA: 2009

LOCAL: Pará

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/en.GP. mp3.gugu	01h2min	Sim	Áudio já disponível em formato digital
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.GP. trans.gugu	15 páginas	Sim	Transcrição não literal feita pelo entrevistador

DESCRITORES:

CAT – Centro Agroambiental de Tocantins
Cepec/UFPA – Centro de Pesquisa Econômica/UFPA
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DAZ – Desenvolvimento Amazônico
Emmanuel Wambergue (ex-padre)
Fata – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia
Graal - Grupo de Apoio a Agricultura Familiar de Região de Fronteira
Jean Hébette (coordenador do Cepec/ NAEA)
Jean Hébette (professor UFPA)
LASAT – Laboratório Sócio Agrônomo do Tocantins
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NEAF – Programa de Agricultura Familiar
Organização sindical
Raul Navegantes (diretor Idesp)
Seixas Lourenço (reitor UFPA)
Sindicalismo rural
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

SUMÁRIO:

Fala sobre sua trajetória profissional, onde estava antes de ir para o CAT; Cita grupo de trabalho e suas pretensões com a mudança de trabalho; Entrada no CAT em 1986; Fala sobre período de realização de mestrado no NAEA; 1989: Ida à Marabá e implantação do CAT; Comenta sobre processo de discussão do projeto: contato com sindicalistas, cooperação francesa, contato com padres oblatos; Fala sobre articulação interna do projeto: frente política com a Fata e frente científica com a LASAT; Diz que participou durante seis anos da associação de engenheiros agrônomos da Bahia; Fala sobre fundação do sindicato da diocese de Alagoinha, onde foi assessor; Fala sobre coordenação do setor de pesquisa do NAEA, por Jean Hébette; Comenta sobre discussão do projeto dentro do NAEA: cita parecer do professor Flávio Nassar Cedrin e atas do NAEA da época; Fala sobre associação na época entre o nome de Jean Hébette e o NAEA; Conta que existiam críticas a uma imagem centralizadora de Jean Hébette; Opina a respeito dessas críticas; Fala sobre surgimento do CAT: demanda sindical, sensibilidade de professores universitários para a questão social; Comenta sobre discurso que defende a abertura da universidade para a sociedade; Cita reitor Seixas Lourenço como precursor dessa relação entre Universidade e movimentos sociais; Opina sobre essa relação entre o social e a Universidade, origem da demanda dessa troca; Atribui ao CAT essa sensibilidade de diálogo e experimentação; Opina a respeito da escolha de quais sindicatos participariam do projeto; Explica preferência por Marabá; Fala sobre desmembramento dos sindicatos; Comenta caráter experimental do projeto; Explica de onde veio a captação de recursos para o projeto; Comenta as relações religiosas de Jean Hébette como vantagem para conseguir recursos para o projeto; Afirma que a carreira acadêmica de Jean Hébette na UFPA também facilitou apoios ao projeto; Diz quanto tempo permaneceu no CAT; Fala sobre trabalho que realizava no projeto e o relacionamento estabelecido com os sindicalistas, camponeses e fazendeiros; Comenta sobre ações realizadas pelo LASAT, de responsabilidade da Fata; Fala sobre a função dos agrônomos

dentro da Fata; Explica o tipo de atividade realizada por ele e demais agrônomos; Conta como aconteciam as reuniões do conselho, quem costumava estar presente; Diz que foi mobilizado para as reuniões quando esteve como diretor executivo da Fata; Afirma que os embates nas reuniões não eram muito fortes; Comenta sobre dificuldades encontradas nessas reuniões; Comenta sobre perfil das lideranças sindicais na época; Explicita intenções do CAT na região; Cita CPT e Padre Paulo Joanil e as críticas ao CAT; Diz qual era o argumento de atuação do CAT: sujeito deve desenvolver competência para permanecer na terra; Fala sobre presença da preocupação ambiental e política na CAT; Afirma que é necessário pensar nos outros atores que atuaram na região além do CAT, como a Fase, CPT, Cepasp; Opina sobre qual foi a contribuição do CAT para a região: capilarização do movimento cooperativista; Opina sobre experiências de viveiros e hortas do CAT na diversificação da agricultura familiar da região; Afirma que uma das dificuldades do CAT foi incluir no seu Conselho os outros atores que interagiam na região; Explica emancipação do Lasat da liderança de Jean Hébette, relação entre Lasat e CAT; Fala sobre organização GRAAL criada entre Lasat e CAT: o que era, como funcionava; Diz que perfil que predomina da equipe do Lasat é de agrônomos; Comenta dificuldade do Lasat de internalizar pessoas da área de Ciências Sociais; Diz que o CAT não existe mais praticamente desde final dos anos 1990, período em que os sindicatos assumem o conselho da Fata; Diz que já previa que a tomada do conselho pelos sindicalistas afastaria os pesquisadores; Coloca pontos negativos dessa emancipação dos sindicatos; Diz que depois do doutorado só retornou à Fata para fazer uma consultoria paga pelo governo inglês; Explicita proposta feita durante consultoria; Fala sobre criação e proposta do DAZ e seu desdobramento na criação do Neaf; 1994: criação do Centro Agropecuário; Criação dos cursos de Agronomia e de Licenciatura em Ciências Agrárias em Marabá e Altamira; Fala sobre presença do CAT na discussão da criação desses cursos; Fala sobre dificuldade para os agrônomos recém formados em realizar seus estágios de campo, vivendo nas mesmas condições que os camponeses; Afirma ser uma cria intelectual do NAEA; Cita Raul Navegantes e sua atuação no CAT.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Humberto de Oliveira

DADOS BIOGRÁFICOS: Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros e Carmen Deere

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Coleta de dados para a pesquisa *Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*, financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e realizada em parceria com Carmen Diana Deere.

DATA: 21/07/2004

LOCAL: Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA), Brasília, DF

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.ho	1 fita k7/ 60min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.ho	00h38min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.ho	13 páginas	Sim	Digitada

DESCRITORES:

Administração pública
Agricultura familiar
Assentado rural
Cooperativismo
Crédito rural
Desenvolvimento rural
Desenvolvimento territorial
Desenvolvimento sustentável
Espaço rural
Governo Lula (2003-2006)
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
População rural
Pronaf - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
Questão fundiária
Reforma agrária

SUMÁRIO:

Faz o mapeamento e identificação de territórios no Brasil rural e a gestão de políticas públicas nesses territórios; trata da função da Secretaria de Desenvolvimento Territorial; aponta a reforma agrária como processo de desenvolvimento; diz que a prioridade é elaborar um plano de desenvolvimento territorial; fala do Pronaf e a importância do papel do crédito rural; aborda as diferenças entre MDA, Ministério da Integração e Ministério das Cidades; trata da composição dos conselhos na gestão pública; fala das comissões provisórias, conselhos municipais e regionais; analisa o papel do território (perfil fundiário) na identificação de terras disponíveis para a reforma agrária; analisa o mapa dos territórios e avalia o nível de maturidade da política.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Ibrahim Eris

DADOS BIOGRÁFICOS: Presidente do Banco Central no governo Collor. Economista, nascido na Turquia em 1944 e naturalizado brasileiro.

ENTREVISTADOR (ES): Antônio Félix

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Estado de São Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: Cruzado livre pode trazer mais recessão

DATA: 21/04/1991

LOCAL: Brasília

OBSERVAÇÕES: Outras entrevistas sobre o Plano Collor II: MSPP/en.GP.cli.jma (João Maia), MSPP/en.OU.cli.nla (Nigel Lawson), MSPP/en.AI.cli.msh (Mário Henrique Simonsen) e MSPP/em.GP.cli.omy (Omar Marczyński).

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP.cli.ibe	1 página	Sim	Recorte do impresso original.

DESCRITORES:

Argentina
Banco Central
Constituição Federal (1988)
Delfim Netto
Direito econômico e financeiro
Dívida externa
Economia
Governo Collor (1990-1992)
Inflação
Mário Henrique Simonsen (ex-ministro da Fazenda e do Planejamento)
Plano Collor I
Plano Collor II
Plano Cruzado
Política cambial
Política econômica
STF – Supremo Tribunal Federal
Zélia Cardoso de Mello (Ministra da Fazenda governo Collor)

SUMÁRIO:

Explica a postura do governo em relação à liberação dos cruzados bloqueados pelo Plano Collor I que aguarda decisão do STF sobre a constitucionalidade da medida; defende a liberação gradual dos cruzados e aponta o risco da inflação aumentar caso haja a liberação imediata; esclarece alguns pontos que levaram à que o congelamento de preços fosse necessário; critica a opção de algumas pessoas de entrarem com ações judiciais para pedirem a liberação dos cruzados retidos e afirma a liberação a partir de setembro daquele ano; fala dos recursos com que o Banco Central está tentando afastar a declaração da inconstitucionalidade do bloqueio; faz um panorama sobre a situação econômica naquele contexto, destacando o êxito do Fundo de Aplicação Financeira – FAF e as taxas de juros antes e depois do Plano Collor II; fala das consequências positivas dos acordos realizados pelo Banco Central com os bancos estaduais; comenta o fato de ter sido o último da equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello a concordar com o congelamento de preços, apontando a perda de credibilidade que a medida trouxe como consequência; opina sobre o congelamento de preços, comparando com medidas de antigos ministros, especialmente Delfim e Simonsen, e apontando alguns equívocos, especialmente em relação à indústria farmacêutica; faz um panorama sobre o aprendizado histórico que a medida de congelamento de preços vai proporcionar às políticas econômicas futuras; remete ao contexto da economia nacional, reafirmando a necessidade do congelamento de preços; comenta as comparações em relação à política econômica da Argentina, afastando qualquer semelhança e explicando o porquê; apresenta alguns números e cálculos para responder sobre o pagamento da dívida externa, afirmando ser possível pagá-la sem realizar qualquer operação de câmbio; termina a entrevista fazendo uma projeção otimista em relação à balança comercial.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Iris Resende

DADOS BIOGRÁFICOS: Governador do estado de Goiás no momento da entrevista. Nasceu em Cristianópolis (GO), em 1933. Foi vereador e prefeito de Goiânia, deputado estadual, governador do estado e senador da República pelo estado de Goiás. Foi ainda Ministro da Agricultura no governo Sarney e Ministro da Justiça no governo FHC.

ENTREVISTADOR (ES): Não identificado

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Globo

TÍTULO DA MATÉRIA: “Agroindústria, meta do governo Iris Resende”

DATA: 2307/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.ir	02 páginas	Sim	Fotocópia de recorte do periódico original

DESCRITORES:

Agroindústria
Agropecuária
Comodato
Conflito por terra
Crédito agrícola
Desapropriação de terra
Desenvolvimento agrícola
Desenvolvimento econômico
Direito à propriedade
Direito à terra
Distribuição de terras
Goiás
Governo Federal
Latifundiário
Pequeno produtor rural
Posseiro
Produção agrícola
Reforma agrária
Soja
Trabalhador rural
Violência no campo

SUMÁRIO:

Avalia que o estado de Goiás é um importante produtor de alimentos no país, tendo sua economia assentada na agropecuária, setor no qual o governo estadual tem concentrado investimentos; considera que é necessário fazer investimentos no setor da agroindústria; assinala que o governo estadual está dando assistência aos investidores através de programas específicos para o setor ou por meio do investimento em infraestrutura, com o aperfeiçoamento do setor energético e das rodovias, visando industrializar as matérias-primas produzidas no estado; explica as dificuldades pelas quais os produtores de soja do estado têm passado devido à demora do Governo Federal em conceder crédito ao setor; explica que o governo do estado não tem recursos suficientes para cobrir a necessidade de crédito dos grandes produtores; expõe a posição do seu governo para os pequenos produtores, destacando o Programa Comodato, no qual o lavrador sem terra planta nas terras do fazendeiro mediante contrato de comodato no qual o prefeito é o intermediário; avalia positivamente o mutirão, experiência da sua gestão no governo; declara ser a favor do Plano de Reforma Agrária e que Goiás está se preparando para aplicá-lo, já tendo inclusive tomado algumas iniciativas na distribuição de terras e na interferência em alguns conflitos por terra; avalia que a reforma agrária em Goiás não é problema, desde que haja recursos para indenizar os proprietários; por fim, explica que uma das prioridades do seu governo tem sido construir estradas porque isso é necessário para possibilitar o escoamento da produção agropecuária.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): João Bosco Ribeiro

DADOS BIOGRÁFICOS: Secretário de Planejamento e Coordenação do Estado de Goiás no governo Iris Rezende de Machado (1983-1986).

ENTREVISTADOR(ES): Não consta

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Última Hora de Brasília

TÍTULO DA MATÉRIA: “II Enam procura senso comum para os municípios”

DATA: 08/08/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jbr	01 página	Sim	

DESCRITORES:

Assembleia Nacional Constituinte (1987)

ENAM (Encontro Nacional de Entidades de Articulação Municipal)

Federalismo

Iris Resende Machado (governador de Goiás)

Questão urbana

Reforma agrária

Reforma tributária

SUMÁRIO:

Cita os temas prioritários que serão debatidos no II Encontro Nacional de Entidades de Articulação Municipal – ENAM, como parte da discussão sobre a Constituinte: questão urbana e reforma tributária; fala sobre a relação entre o trabalho técnico e a questão política, explica a importância de a nova constituição incorporar em seu texto o que ele chama de questão urbana; menciona as razões pelas quais Goiás foi escolhido como sede para o Encontro.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): João Cleofas

DADOS BIOGRÁFICOS: político, natural de Pernambuco. Foi ministro da Agricultura no governo Getúlio Vargas (1951-1954). Candidatou-se a governador de Pernambuco em 1962 pelo Partido Republicano, apoiado pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e foi derrotado por Miguel Arrais. Em 1965 elegeu-se deputado federal pela UDN, tendo posteriormente se filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena) pela qual se elegeu senador em 1966, cargo que permaneceu até 1974, quando se afastou da vida pública.

ENTREVISTADOR(ES): Eduardo Raposo, Dulce Pandolfi, Aspásia Camargo, Maria Guido e Valentina Lima

CONTEXTO DE PRODUÇÃO:

DATA: 21 de abril, 21 de maio, 09 de julho e 28 de agosto de 1979 e 21 de março de 1983

LOCAL: Rio de Janeiro, RJ

ROTEIRO: () SIM (X) NÃO

OBSERVAÇÕES: entrevistadores não identificados no material disponível. Verificação do nome feito no arquivo digital do CPDOC – FGV. Ao todo cinco entrevistas, sendo as quatro primeiras transcritas de modo seguido no mesmo documento e a quinta, ocorrida em data posterior, transcrita em documento autônomo.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE / TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7				
MP3				
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.GP .trans.jcl	218 páginas.	Sim	Cópia das páginas datilografadas originais.

DESCRITORES:

Agamenon Magalhães (Governador PE)
Agroindústria canaveira
Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CRB – Confederação Rural Brasileira
Delfim Netto (Ministro da Agricultura – 1979-1985)
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Economia açucareira
Estado Novo (1937-1945)
Estatuto da Lavoura Canaveira
Governo Vargas (1930-1945)
Governo Vargas (1951-1954)
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
Levante de 1945 (“Intentona Comunista”)
Paraíba
Pernambuco
Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922)
República Velha (1889-1930)
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SSR – Serviço Social Rural
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO:

1ª entrevista: Fala de sua origem familiar e como escolheu a carreira de engenheiro; conta do sogro e da sua entrada na política na prefeitura de Vitória de Santo Antão; fala da relação de seu pai com José Bezerra, governador de Pernambuco; comenta sobre a agricultura em Vitória de Santo Antão e em Pernambuco; fala das características geográficas de Pernambuco; opina sobre a agricultura de subsistência em pequenas propriedades; opina sobre as cooperativas e sobre o ministro Delfim Netto (*ministro da agricultura na ocasião da entrevista*); volta a falar sobre sua formação escolar, o ingresso na Escola Livre de Engenharia de Pernambuco; retoma o tema do papel da agricultura na economia do estado de Pernambuco; opina sobre reforma agrária, a criação do IBRA e do INDA pelo governo militar e fala de sua atuação enquanto Ministro da Agricultura; comenta sobre o perfil dos políticos da época, de formação mais técnica; volta a falar de sua formação como engenheiro e quais as perspectivas que tinha quando estudante; fala sobre seu mandato enquanto prefeito em sua cidade natal; conta da crise política dos anos 20, do contexto da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana e os reflexos no governo pernambucano; aprofunda na caracterização da correlação de forças estabelecida em Pernambuco pré-Revolução de 1930; fala da interligação entre os oficiais de Pernambuco e da Paraíba na conspiração que levou à deposição do então presidente Washington Luís e pôs fim à República Velha; fala da sua participação no governo de Pernambuco pós-Revolução de 30; fala do coronelismo em Pernambuco e a intenção de renovação deste cenário pós 1930 com o governo de Lima Cavalcante; fala da agricultura pós-30, a partir da sua atuação enquanto Ministro da Agricultura no Governo Vargas; fala sobre a indústria açucareira, o crescimento da

produção do algodão e compara a influência política dos usineiros com a exercida pelos produtores de algodão;

2ª entrevista: Comenta sobre a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool e descreve os conflitos entre usineiros e fornecedores de cana, em especial a partir da intervenção direta do governo na economia açucareira; comenta as mudanças nas relações entre usineiros e trabalhadores rurais a partir das leis trabalhistas e outros fatores; conta do primeiro plano rodoviário do estado de Pernambuco, que implementou em sua gestão enquanto secretário de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas do governo do interventor Lima Cavalcanti; fala da seca de 1932; fala da guerra tributária entre Pernambuco, sob o governo de João Pessoa, e Paraíba; conta de seu rompimento com Lima Cavalcanti e da sua eleição enquanto deputado federal; aprofunda na descrição dos grupos políticos e das disputas eleitorais, bem como, da relação de cada um com Getúlio Vargas pós 30; fala dos conflitos entre Agamenon Magalhães e Lima Cavalcanti; fala brevemente da relação de Getúlio Vargas com os tenentistas; fala de como se deu a Intentona Comunista em Pernambuco; conta com detalhes a configuração política quando do golpe de 1937, que deu início ao Estado Novo; fala sobre o governo de Agamenon Magalhães em Pernambuco; fala do Estatuto da Lavoura Canavieira, caracterizando esta política do IAA como um princípio de reforma agrária no setor canavieiro; fala sobre os efeitos das políticas voltadas à economia açucareira nos governos Getúlio e Agamenon para a indústria nascente em Recife; fala sobre a industrialização do país em geral, e em Pernambuco especificamente, destacando a atuação da Sudene; fala sobre a oposição de membros da elite intelectual pernambucana ao governo de Agamenon Magalhães;

3ª entrevista: Fala sobre a eleição para governador na qual concorreu com Agamenon e aprofunda nos artifícios que este lançou para ser eleito; fala sobre quando foi chamado por Getúlio Vargas para ser Ministro da Agricultura, em 1951, e a posição da UDN neste cenário; fala da efetivação do decreto que havia criado a Confederação Rural Brasileira – CRB em 1945; fala de outra entidade chamada Sociedade Nacional de Agricultura- SNA; fala sobre mecanização da agricultura brasileira; fala da tradicional falta de prestígio do Ministério da Agricultura e como enfrentava isso; conta da criação da Comissão Nacional de Política Agrária que redigiu projetos específicos de acesso à terra própria, a lei geral de irrigação no Brasil, a lei de parcelamento rural, a criação da Companhia Nacional de Seguro Agrícola e do Instituto Nacional de Colonização e Imigração (INIC); fala sobre a atuação do DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas na época;

4ª entrevista: Comenta sobre a escolha de seus assessores no Ministério da Agricultura; fala da política de reforma agrária no governo Getúlio Vargas; fala da criação do Serviço Social Rural, também pelo trabalho da Comissão Nacional de Política Agrária; fala sobre agricultura de exportação, destacando o café no comércio internacional, e da produção de subsistência; fala do Departamento de Produção Animal, do crescimento da exportação de carne; fala dos incentivos à produção de subsistência através de mecanismo de crédito; fala das associações rurais; da seca no Nordeste; passa a falar de política de irrigação e comenta o papel do DNOCS e da Codevasf neste cenário; fala sobre a produção de trigo e a política de preço mínimo; comenta sobre o plano de contenção de despesas que elaborou para o Ministério da Agricultura e de que maneira eram feitos os repasses das verbas orçamentárias ministeriais; conta de alguns conflitos que teve com Celso Lafer, Ministro da Fazenda do governo Getúlio Vargas; comenta sobre a nomeação e substituição de diretores do Ministério da Agricultura, os critérios que possuía para nomeação de cada cargo, e sobre o convite que fez a Eptácio Pessoa Sobrinho;

5ª entrevista: Começa a entrevista comentando suas impressões pessoais de Getúlio Vargas; fala sobre o apoio aos tenentistas em Pernambuco, sua atuação na Revolução de 1930; relata a surpresa que teve na ocasião do golpe de 1937, quando o entrevistado apoiava a candidatura de José Américo para presidente; fala de quando se filiou à UDN; conta sobre a eleição de 1950, quando Getúlio Vargas é eleito presidente novamente e fala suas impressões pessoais sobre este; fala da reforma ministerial realizada em 1953; conta alguns episódios de sua relação com Getúlio, especialmente de quando este lhe pediu para candidatar-se a governador de Pernambuco em 1954; fala sobre o contexto que levou ao suicídio de Getúlio; conta sobre como foi feito o convite para que assumisse o Ministério da Agricultura; fala da posição da UDN regional de Pernambuco e da nacional em relação ao convite de Vargas; fala do relacionamento com os outros ministros do governo Vargas, relata a reforma ministerial de 1953 e coloca sua opinião sobre esta; fala sobre a criação do Serviço Social Rural; aprofunda nas suas impressões pessoais de Getúlio e seu modo de governar, bem como, fala das realizações do segundo governo, em especial no que diz respeito à pasta da agricultura; fala sobre um episódio de disputa entre Lafer, Ministro da Fazenda do governo Getúlio, e Jafet, então presidente do Banco do Brasil, para ilustrar o perfil de atuação de Vargas.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): João Maia

DADOS BIOGRÁFICOS: Economista e político brasileiro. Foi secretário-executivo do Ministério da Economia do governo Collor.

ENTREVISTADOR (ES): não identificado.

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal O Estado de S. Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: Reajustes serão prefixados, diz João Maia

DATA: 24/03/2016

LOCAL: Brasília

OBSERVAÇÕES: Também sobre o contexto do Plano Collor I e II, há entrevistas com outros economistas e gestores públicos, destacando: MSPP/en.AI.cli.mhs (Mário Henrique Simonsen); MSPP/en.OU.cli.nla (Nigel Lawson); MSPP/en.GP.cli.omy (Omar Marczynski), MSPP/en.GP.cli.ibe (Ibrahim Eris).

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP.cli.jma	1 página	Sim.	Recorte do impresso original

DESCRITORES:

Capital estrangeiro
Capital industrial
Economia
Dívida externa
Governo Collor (1990-1992)
Inflação
ME – Ministério da Economia
Mercado interno
Plano Collor I
Plano Collor II
Plano Cruzado
Política econômica

SUMÁRIO:

Explica como o governo pretende construir o fim do congelamento de preços do Plano Collor II; comenta a existência de setores que atuam como formadores de preço no mercado; rebate algumas críticas que então eram feitas à política de controle de preços, comparando com o que foi feito no Plano Cruzado; comenta os motivos de ter se convencido da necessidade deste tipo de política, já que de início era contra a realização da mesma; apresenta alguns números que demonstram a dinâmica do mercado e o controle da inflação; fala sobre a liberação dos cruzados aplicados em poupança e a previsão do impacto no mercado; fala sobre a discussão em torno da proposta de abertura ao capital estrangeiro, comentando especificamente das indústrias farmacêutica e de informática; critica o não reconhecimento das patentes pela indústria farmacêutica brasileira, opinando não ter sido construído pelo interesse nacional; fala sobre as estratégias e dificuldades de atração do capital estrangeiro, destacando a criação da Comissão Empresarial de Competitividade; fala sobre dívida externa e apresenta alguns números para opinar sobre como devem ser feitas as negociações.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): João Roberto Rodrigues

DADOS BIOGRÁFICOS: No período da entrevista, Ministro da Agricultura. Professor licenciado do Departamento de Economia Rural da Unesp, campus de Jaboticabal e professor honorário da Universidade de Belgorod (Rússia). Empresário rural, foi presidente da Abag - Associação Brasileira do Agronegócio, Sociedade Rural Brasileira, OCB – Organização das Cooperativas do Brasil e da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas.

ENTREVISTADOR (ES): Paula Pacheco

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: *Carta Capital*

TÍTULO DA MATÉRIA: “O adeus do ministro – Roberto Rodrigues, um dos nomes fortes do governo, revela que deixa o cargo no fim de 2006 com ou sem reeleição”.

DATA: 01/2006

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.rr	04 páginas	Sim	<i>Clipping digitado</i>

DESCRITORES:

Agricultura tradicional
Agronegócio
Cooperativismo
Governo Lula (2003-2006)
João Pedro Stédile (liderança)
Liberalismo econômico
Ministério da Agricultura
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Partido político
Pequeno produtor rural
Reforma agrária
Socialismo

SUMÁRIO:

Revela que não pretende continuar no governo caso haja uma reeleição de Lula; diz ter sido assediado por cinco partidos políticos, entretanto recusou os convites por não entender de política e sim de agricultura; pretende, quando deixar o governo, se dedicar à escritura de livros, à família, à música e à produção rural em suas terras; faz um balanço de suas realizações no Ministério da Agricultura; diz ter uma visão liberal, defende o agronegócio, uma reforma agrária feita por meio de cooperativas e não acredita na visão socialista do líder do MST, João Pedro Stédile.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): João Roberto Rodrigues

DADOS BIOGRÁFICOS: No período da entrevista, Ministro da Agricultura. Professor licenciado do Departamento de Economia Rural da UNESP, campus de Jaboticabal e professor honorário da Universidade de Belgorod (Rússia). Empresário rural, foi presidente da Abag - Associação Brasileira do Agronegócio, Sociedade Rural Brasileira, presidente da OCB – Organização das Cooperativas do Brasil e da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas.

ENTREVISTADOR (ES): Mauro Zafalon

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: *Folha de São Paulo*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Governo demorou para ver a crise rural – Ministro da Agricultura afirma que, com dificuldade para cobrir dívidas, setor vive um de seus mais graves momentos”

DATA: 24/05/2006

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.rr2	04 páginas	Sim	Digitado

DESCRITORES:

Abag- Associação Brasileira do Agronegócio
Biodiesel
Crédito agrícola
Agronegócio
Classe patronal
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Financiamento rural
Governo Lula (2003-2006)
IRB - Instituto de Resseguros do Brasil
Ministério da Agricultura
Ministério da Fazenda
Neoliberalismo
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
Política cambial
Roberto Rodrigues (ministro da agricultura)
Seguro rural
SRB - Sociedade Rural Brasileira
Governo federal

SUMÁRIO:

Afirma que o governo federal demorou a assistir o setor agrícola brasileiro e que, por conta da desvalorização do dólar, os produtores mergulharam em “uma das mais graves crises da última década”; discorre sobre as causas do endividamento dos produtores rurais; afirma que é difícil responsabilizar o governo e que cabe pensar a crise como um “exagero da questão monetária; fala sobre a dificuldade do Ministério da Agricultura para receber verbas do Ministério da Fazenda; avalia o ano de 2005 como “horrrível” para a agricultura e o de 2006 como “horrrível plus”; explica o novo pacote a ser lançado que visa reavaliar o endividamento dos produtores; defende que a produtividade da agropecuária brasileira estaria irreversivelmente comprometida; frisa que a maior perda seria “a redução do padrão tecnológico”, já que muito se perdeu em produtividade; afirma que irá deixar o cargo de Ministro; fala sobre os pontos negativos de sua gestão e seu insucesso em montar um programa de defesa sanitária contra a febre aftosa; avalia sua parcela de culpa na crise do setor que representa.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): João Roberto Rodrigues

DADOS BIOGRÁFICOS: No período da entrevista, Ministro da Agricultura. Professor licenciado do Departamento de Economia Rural da UNESP, campus de Jaboticabal, e professor honorário da Universidade de Belgorod (Rússia). Empresário rural, foi presidente da Abag - Associação Brasileira do Agronegócio, Sociedade Rural Brasileira, presidente da OCB – Organização das Cooperativas do Brasil e da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas.

ENTREVISTADOR(ES): Não consta

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Folha de São Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: “Rodrigues admite ‘escorregão’”

DATA: Não identificado

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES: Principais trechos de duas entrevistas concedidas pelo Ministro. Segundo consta no jornal, a segunda entrevista foi organizada pela sua assessoria. A entrevista foi feita entre 2003 e 2006, época em que o entrevistado ocupou o cargo de Ministro.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.rr4	01 página	Sim	

DESCRITORES:

Milícias armadas
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Paraná
Violência no campo

SUMÁRIO:

O entrevistador menciona um episódio de tiroteio no Paraná e questiona se a situação do governo está fora de controle, o que é negado pelo Ministro, que aproveita o ensejo e afirma a posição do governo diante de episódios que possam ocorrer à margem da lei; nega que tenha recebido reclamações dos produtores após o presidente ter usado um boné do MST; comenta a respeito do episódio ocorrido no Paraná e posiciona-se favorável à defesa do patrimônio; reafirma sua posição, destacando que a defesa da propriedade, assim como as ações de quaisquer movimentos, devem ser feitas a partir do que é previsto em lei; diz-se favorável a realização da reforma agrária; questionado sobre a sua fala que dava margem à compreensão de uma defesa armada das propriedades, o ministro ratifica o que disse, reafirmando que qualquer ação deve ser feita dentro da lei; posiciona-se contra o conflito armado; questionado se faria uso de milícia armada em sua propriedade, afirma não haver possibilidade de ter a sua propriedade alvo de conflitos.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Jorge Coelho

DADOS BIográficos: Agrônomo. Técnico da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Começou a trabalhar na instituição em 1961.

ENTREVISTADOR(ES): Cláudio Castanha

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: *Jornal do Comercio*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Sudene terá novos caminhos”

DATA: 24/09/1989

LOCAL: Recife, PE

OBSERVAÇÕES: Há, no início do material, a informação de que a matéria é a 3ª parte da série “Sudene 30 anos: caminhos e descaminhos do desenvolvimento regional”.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.joco	02 páginas	Sim	Entrevista fotocopiada do original. Reduzida em formato A4.

DESCRITORES:

Celso Furtado (Superintendente da Sudene)
Desenvolvimento econômico
Desenvolvimento regional
Desenvolvimento social
Finor – Fundo de Investimento do Nordeste
Nordeste
Oligarquia rural
Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
ValfridoSalmito (Superintendente da Sudene – 1978-1984)

SUMÁRIO:

Apresenta os prós e contras da atuação da Sudene; destaca que, se por um lado há maior desenvolvimento da região, por outro, há empobrecimento do trabalhador e seu alijamento da terra e de seus recursos; explica que o desenvolvimento não pode ser medido apenas por indicadores econômicos, mas deve também ser analisado por indicadores sociais; justifica o descompasso entre desenvolvimento econômico e social pela convivência da autarquia com a oligarquia agrária e industrial, bem como pela pressão externa; apresenta um curto histórico da formação da Sudene, salientando a pressão dos bispos do Nordeste em prol de sua criação; detalha o primeiro plano de trabalho da Sudene sob a direção de Celso Furtado; salienta que os interesses regionais inviabilizaram a efetivação do plano, considerado “comunista”; perguntado sobre a criação do parque industrial, explica que este também não foi eficaz, pois direcionou a produção para produtos supérfluos e não básicos; sobre o Finor, aponta uma série de erros (técnicos, de alocação de recursos, gerenciais) que apenas favoreciam aos grandes produtores; comenta especificamente sobre a sua relação com ValfridoSalmito, superintendente da Sudene entre 1978-1984; considera o fracasso da Sudene de responsabilidade do Governo Federal; lista uma série de pessoas (presidentes, ministros, superintendentes) que se valeram do discurso da pobreza da região para satisfazer os interesses das grandes oligarquias do Nordeste; diante de todas as adversidades, explica o motivo que ainda o mantém dentro da Sudene; conclui a entrevista considerando haver potencial dentro da Sudene para transformar a realidade do Nordeste, para tanto, é preciso vontade e consciência política.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Afonso da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Jurista, na ocasião era secretário dos Negócios Jurídicos do prefeito de São Paulo (SP), Mário Covas.

ENTREVISTADOR (ES): Alex Solnik

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “É preciso aumentar o poder popular – Com a simplicidade de suas origens populares e a condição de ser um dos maiores constitucionalistas do País, José Afonso da Silva lembra o Brasil de 1985 que não se equilibra em poderes desiguais”

DATA: 13/02/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jads	06 páginas	Sim	Fotocópia da entrevista

DESCRITORES:

Abertura política
Assembléia Nacional Constituinte (1988)
Congresso Nacional
Democracia
Ditadura militar (1964-1985)
Eleições constituintes
Estruturas de poder
Governo Sarney (1985-1989)
Participação popular
Representação política

SUMÁRIO:

José Afonso da Silva fala sobre o panorama político do novo Brasil democrático, após anos de ditadura militar; problematiza a realização da Assembléia Constituinte juntamente com as eleições presidenciais; fala da necessidade de um maior esclarecimento e participação do povo; faz um histórico das constituintes brasileiras, comparando-as com outras internacionais e denunciando seu caráter elitista.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Augusto Rodriguez

DADOS BIográficos: Advogado e ex-assessor da Comissão de Assuntos Fundiários; Secretaria de Assuntos Fundiários; Secretaria Executiva da Comissão de Assuntos Fundiários do Município do Rio de Janeiro (1990).

ENTREVISTADOR (ES): Victor de Araújo Novicki

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: A entrevista foi feita para colher dados para a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, de autoria de Victor de Araújo Novicki. Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*, Ano de Obtenção: 1992.

DATA: 23/07/1990

LOCAL: Rio de Janeiro, RJ

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			A fita desta entrevista foi localizada, mas seu conteúdo foi completamente apagado
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.jar	49 páginas (transcrição) 10 fichas	Sim	Transcrição manuscrita a lápis. Fichas de pesquisa elaboradas à caneta pelo entrevistador

DESCRITORES:

Assentamento Campo Alegre (Nova Iguaçu/Queimados, RJ)
Banerj – Banco do Estado do Rio de Janeiro
CAF - Comissão de Assuntos Fundiários (RJ)
Conflito por terra
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Famerj - Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
Fetag/RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
Governo Brizola (1983-1987)
Governo Moreira Franco (1988-1991)
Grilagem
Grileiro
Italva (RJ)
Luta pela terra
Ocupação de terra
Organização comunitária
Posseiro
Secplan – Secretaria de Planejamento do Rio de Janeiro
Secretaria de Assuntos Fundiários (RJ)
Secretaria de Justiça (RJ)
Secretaria Estadual de Agricultura (RJ)
Secretaria Estadual de Justiça (RJ)
Xerém (Duque de Caxias, RJ)

SUMÁRIO:

Rodriguez afirma que sua experiência militante começou no meio urbano, mais especificamente em Niterói; fala sobre a explosão especulativa imobiliária nessa cidade e a consequente tensão pela terra; revela que trabalhava junto às associações como advogado; fala de sua participação política junto ao governo Brizola; fala sobre seu trabalho junto aos posseiros de Niterói; constata que o número de advogados envolvidos com a questão da luta pela terra era muito baixo; lembra os despejos dos posseiros de Niterói; recorda o momento político de criação da Comissão de Assuntos Fundiários; discorre sobre as causas para sua criação; aponta que nenhum outro governo de estado possuía um órgão fundiário; argumenta a importância de vincular a Comissão de Assuntos Fundiários à Secretaria de Justiça; analisa a posição do governo Brizola perante os posseiros e aos conflitos por terra; avalia o processo de luta pela terra em Xerém, Italva e Campo Alegre; analisa as ocupações do início do governo Brizola; discorre sobre o perfil de ocupantes de Campo Alegre; verifica um aumento do fenômeno de migração de desalojados, “favelados”, posseiros a partir da década de 1970; conta que as reivindicações destes posseiros começaram a assustar os proprietários; avalia que o governo Brizola teve papel decisivo nos conflitos de terra; faz uma avaliação da CAF perante as ações de conflitos em geral; fala sobre críticas referentes às ações simplesmente reativas dos trabalhadores e da CAF; revela que a prioridade do governo estadual não era a questão fundiária; explica que a partir da Secretaria de Justiça articulava-se para conseguir policiamento e até conter grileiros; ressalta que a Secretaria de Planejamento teve grande importância, pois

contribuiu fortemente como base de apoio político, econômico e técnico; revela que os gestores da CAF eram militantes; discorre sobre o processo de aproximação com movimentos de luta pela terra; avalia que, por “falar a língua” dos trabalhadores, amenizava os conflitos existentes entre governo e comunidade; diz que a CAF primava pela auto-organização e incentivava a mobilização da comunidade; sublinha que se criava uma relação, em certa medida, paternalista devido ao alto nível de abandono da comunidade; reflete que a CAF acabava por dar vitórias políticas ao governo Brizola; fala sobre os conflitos internos do governo; discorre sobre o grau de politização dos trabalhos rurais da área de assentamentos; descreve a instauração do processo das políticas voltadas para as áreas de conflito de terra; lembra da dificuldade posta pelo Banerj na emissão de posse; descreve o proceder do governo Brizola em relação a discriminação de terra; fala da opção pela desapropriação das terras; discorre sobre a herança dos processos judiciais fundiários no governo de Moreira Franco; fala sobre o conflito fundiário em Paracambi; avalia o modo como juizes lidavam com casos de luta pela terra; avalia que o volume de áreas desapropriadas no estado do Rio de Janeiro nos quatro anos de governo Brizola foi imenso; diz que houve resistências às regularizações baseadas no contrato de arrendamento e por cessão de uso; discorre sobre o Termo de Cessão de Uso; explica a distinção entre Concessão de Uso e Cessão de Uso; recorda-se de que a Fetag/RJ não estava presente nas ocupações na época de Brizola; fala sobre o papel da Fetag no governo Brizola; diz que os sindicatos rurais do estado, em geral, eram ausentes na luta pela terra; discorre sobre o papel desempenhado pela CUT Rural e a CPT no estado; fala de divergências com a CPT; fala sobre as acusações de o governo Brizola ser considerado paternalista; aborda a existência de pessoas sem tradição rural que tomavam a luta da terra para si; faz críticas à visão estritamente técnica dos assentamentos; fala dos objetivos da CAF; fala sobre a relação dos técnicos com o movimento; discorre sobre o processo de criação da Secretaria de Assuntos Fundiários; fala da relação estreita entre a SAF e a Siagro; trata da gestão de Paulo Smith; faz avaliação sobre o trabalho desenvolvido pela SAF; faz críticas à medida de Moreira Franco em decretar a intervenção do Banerj nas questões fundiárias; avalia a relação entre o governo estadual e o Incra; aponta a situação dos processos de luta pela terra na época que era gestor público; faz avaliação sobre a política do governo Brizola frente à luta pela terra; fala sobre o atual trabalho da Comissão de Assuntos Fundiários; discorre sobre os resultados decorrentes da política fundiária implementada pelos quatro anos de governo Brizola e faz breve comparação com os governos posteriores.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Botafogo Gonçalves

DADOS BIOGRÁFICOS: Advogado, diplomata, professor universitário e político brasileiro. Foi ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo (1998 – 1999).

ENTREVISTADOR (ES): Denise Crispim Marin

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Folha de São Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: Ministro prevê renúncia fiscal para Proálcool

DATA: 05/04/1998

LOCAL: Brasília, DF

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP cli.jbg	02 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Abertura comercial

Alca – Área de Livre Comércio das Américas

Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998)

José Botafogo Gonçalves (ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo)

Política industrial

Proálcool – Programa Nacional do Álcool

Questão energética

Setor sucroalcooleiro

SUMÁRIO:

[Breve resumo pela entrevistadora sobre assuntos abordados durante a entrevista]

Fala e explica motivos para a abertura comercial no Brasil; explica negociação mais lenta no processo de abertura; fala sobre entrada do Brasil na Alca; opina sobre fortalecimento dos Tigres Asiáticos no contexto produtivo; comenta déficit da balança comercial brasileira no ano em questão; comenta crescimento das importações; opina sobre retomada do Proálcool; fala sobre aumento na mistura do álcool à gasolina; afirma necessidade de uma solução de curto prazo para o excesso de álcool no mercado.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Gomes da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Engenheiro agrônomo, foi um dos elaboradores do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - experiências que são relatadas nos seus livros *Buraco Negro: a Reforma Agrária na Constituinte* e *Caindo por Terra (Crises da Reforma Agrária na Nova República)*. Foi fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), autor de inúmeras publicações sobre o tema agrário, secretário de Agricultura e Abastecimento do governo Franco Montoro, em São Paulo, presidente do Incra na Nova República. Coordenador da área de agricultura e reforma agrária do Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT), coordenou a elaboração do Plano de Segurança Alimentar. Na sua trajetória política, Gomes da Silva se destacou, sobretudo, pela defesa da desapropriação como instrumento prioritário da reforma agrária e pela coerência política.

ENTREVISTADOR (ES): Renato Simões

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Teoria e Debate*

TÍTULO DA MATÉRIA: “José Gomes da Silva – O engenheiro agrônomo, que foi conhecido como “Zé Sojinha”, é um dos principais defensores da reforma agrária no Brasil. O coordenador do Plano de Segurança Alimentar do Governo Paralelo, ex-secretário de Agricultura e ex-presidente do INCRA conta sua trajetória.”

LOCAL: Não consta

DATA: 2º trimestre de 1993

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jg	14 páginas	Sim	Fotocópia do original

DESCRITORES:

Abra - Associação Brasileira de Reforma Agrária
Congresso Nacional
Desapropriação de terra
Distribuição de renda
Ditadura militar (1964-1985)
Estatuto da Terra
EUA - Estados Unidos da América
Governo federal
Governo Sarney (1985-1989)
Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
Igreja
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Latifúndio
Luiz Inácio Lula da Silva (sindicalista)
Luta pela terra
Modernização da agricultura
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Ocupação de terra
Paraná
Plínio de Arruda Sampaio (membro da ABRA)
Reforma agrária
Segurança alimentar
Soja
Tancredo Neves
UDR - União Democrática Ruralista

SUMÁRIO:

Aborda temas como sua origem familiar e casamento; fala da formação acadêmica e primeiros trabalhos; trata a questão da soja e reforma agrária; aborda a inserção da Igreja, movimentos sociais e entidades de classe na política nacional; analisa o período da ditadura militar; fala da Constituição, do Congresso Nacional e do governo Montoro; analisa a política de Tancredo Neves e o governo Sarney; fala sobre o Governo Paralelo do PT em 1989; analisa sua gestão no Incra.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Gomes da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Engenheiro agrônomo, foi um dos elaboradores do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - experiências que são relatadas nos seus livros *Buraco Negro: a Reforma Agrária na Constituinte* e *Caindo por Terra (Crises da Reforma Agrária na Nova República)*. Foi fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), autor de inúmeras publicações sobre o tema agrário, secretário de Agricultura e Abastecimento do governo Franco Montoro, em São Paulo, presidente do Inbra na Nova República. Coordenador da área de agricultura e reforma agrária do Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT), coordenou a elaboração do Plano de Segurança Alimentar. Na sua trajetória política, Gomes da Silva se destacou, sobretudo, pela defesa da desapropriação como instrumento prioritário da reforma agrária e pela coerência política.

ENTREVISTADOR (ES): Nelson Letaif

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Reforma agrária não se negocia – Para José Gomes da Silva, ex-presidente do Inbra, o projeto do governo é só um paliativo porque faltou vontade política a Sarney”.

DATA: 11/02/1986

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jg2	06 páginas	Sim	Original e fotocópia da entrevista

DESCRITORES:

Estrutura fundiária
Estruturas de poder
Governo Sarney (1985 -1989)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Latifundiário
Política agrária
Reforma agrária
Representação política

SUMÁRIO:

Critica o projeto de reforma agrária adotado pelo governo Sarney, dizendo que faltam apenas coragem e decisão política para aplicá-la de fato; afirma que todo mundo era a favor da reforma agrária até atingir os interesses dos latifundiários; fala sobre as pressões que sofreu; conta que foi afastado das negociações diretas com as entidades e com os donos da terra no governo Sarney; diz não acreditar numa reforma agrária em curto prazo sem que se faça uma ruptura com a estrutura de poder existente.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Gomes da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Na época da entrevista, presidente do Incra. Engenheiro agrônomo, foi um dos elaboradores do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - experiências que são relatadas nos seus livros *Buraco Negro: a Reforma Agrária na Constituinte* e *Caindo por Terra (Crises da Reforma Agrária na Nova República)*. Foi fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), autor de inúmeras publicações sobre o tema agrário, secretário de Agricultura e Abastecimento do governo Franco Montoro, em São Paulo, ca. Coordenador da área de agricultura e reforma agrária do Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT), coordenou a elaboração do Plano de Segurança Alimentar. Na sua trajetória política, Gomes da Silva se destacou, sobretudo, pela defesa da desapropriação como instrumento prioritário da reforma agrária e pela coerência política.

ENTREVISTADOR (ES): José Carlos Bardawil

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “A reforma agrária, enfim – O presidente do Incra afirma que o governo vai aplicar a lei e mudar a estrutura do campo no Brasil”.

DATA: 22/05/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jg3	03 páginas	Sim	Original e fotocópia da entrevista

DESCRITORES:

Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Eleições constituintes

Estrutura fundiária

Governo Sarney (1985 -1989)

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Nova República

Organização patronal

Partido político

Política agrária

Reforma agrária

Crise social

SUMÁRIO:

Demonstra otimismo em relação à reforma agrária na Nova República; diz que primeiro será feito uma proposta de um plano de reforma agrária e que ela será entregue aos interessados como as entidades patronais, partidos políticos e Contag; explica porque a reforma agrária será um decreto e não lei (dado sua complexidade e polêmicas); fala sobre os princípios já definidos da reforma agrária; acreditar que se a reforma agrária não for feita ocorrerá uma explosão social nas cidades.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Gomes da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Engenheiro agrônomo, foi um dos elaboradores do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - experiências que são relatadas nos seus livros *Buraco Negro: a Reforma Agrária na Constituinte* e *Caindo por Terra (Crises da Reforma Agrária na Nova República)*. Foi fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), autor de inúmeras publicações sobre o tema agrário, secretário de Agricultura e Abastecimento do governo Franco Montoro, em São Paulo, presidente do Incra na Nova República. Coordenador da área de agricultura e reforma agrária do Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT), coordenou a elaboração do Plano de Segurança Alimentar. Na sua trajetória política, Gomes da Silva se destacou, sobretudo, pela defesa da desapropriação como instrumento prioritário da reforma agrária e pela coerência política.

ENTREVISTADOR (ES): Ricardo Lessa

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Isto É*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Contra-reforma agrária – Ex-presidente do Incra revela detalhes de sua queda”

DATA: 15/01/1986

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jg4	01 página	Sim	Fotocópia do original

DESCRITORES:

**Conselho de Segurança Nacional
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (1985)
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Mirad – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
Reforma Agrária
Governo Sarney (1985-1989)
Desapropriação de terras
ITR - Imposto Territorial Rural**

SUMÁRIO:

Discorre sobre a campanha de contra-reforma agrária; faz breve exame do 1º PNRA; revela que os mandamentos do presidente Sarney subordinavam a reforma agrária ao Plano Nacional de Desenvolvimento Rural; diz que só conheceu o conteúdo do PNRA depois de finalizado; diz que alguns fazendeiros verbalizavam apoio à reforma agrária do governo Sarney; cita a modificação no texto do PNRA; discorre sobre as forças políticas dominantes; diz que os fazendeiros paulistas possuem enormes extensões de terras e as utilizam inclusive com fim especulativo; revela que diversos proprietários têm dívidas com o Imposto Territorial Rural e o governo possui o livre arbítrio de cobrança; considera que os trabalhadores não estão sendo ouvidos no processo de reforma agrária; diz que possui duas empresas rurais.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Gomes da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Engenheiro agrônomo, foi um dos elaboradores do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - experiências que são relatadas nos seus livros *Buraco Negro: a Reforma Agrária na Constituinte* e *Caindo por Terra (Crises da Reforma Agrária na Nova República)*. Foi fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), autor de inúmeras publicações sobre o tema agrário, secretário de Agricultura e Abastecimento do governo Franco Montoro, em São Paulo, presidente do Incra na Nova República. Coordenador da área de agricultura e reforma agrária do Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT), coordenou a elaboração do Plano de Segurança Alimentar. Na sua trajetória política, Gomes da Silva se destacou, sobretudo, pela defesa da desapropriação como instrumento prioritário da reforma agrária e pela coerência política.

ENTREVISTADOR (ES): Carlos Zanotti

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: *Jornal Correio Popular*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Reforma Agrária, segundo o ex- presidente do Incra”

DATA: 22/12/1985

LOCAL: Campinas, SP

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jg5	01 página	Sim	Fotocópia do original

DESCRITORES:

Banco da Terra
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Processo de desapropriação
Especulação fundiária
Estatuto da Terra
Governo Carvalho Pinto (1959-1963)
Governo Sarney (1985 -1989)
ITR - Imposto Territorial Rural
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Mirad – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (Iº,1985)
Política agrícola
Reforma agrária
Título da Dívida Agrária

SUMÁRIO:

Discorre sobre o desenrolar histórico das tentativas de uma reforma na estrutura agrária brasileira; fala sobre a revolução de 1964; fala sobre um grupo que esboçou linhas gerais para a construção da reforma agrária no governo pós-64; diz que se incorporou à equipe que preparou o Estatuto da Terra; critica o pagamento das terras em dinheiro e defende que seja feita em forma de títulos; considera que transformar a terra em negócio inviabiliza a reforma agrária; discorre sobre a aplicação do Estatuto da Terra; cita a utilização da tributação para tal fim; considera que o objetivo da reforma agrária é abrir espaço para novos proprietários rurais; sublinha o processo burocrático de facilidade ao não-pagamento dos tributos; faz descrição do Estatuto da Terra e sua aplicação; analisa a aplicação do Estatuto da Terra por cada governo militar; fala da postura do PMDB em relação à reforma agrária; cita a criação do Mirad; fala da reivindicação do movimento sindical expressa no 3º Congresso da Contag; discorre sobre a atuação do Incra; fala sobre a articulação da contra-reforma e seu embate com os movimentos sociais; ressalta que a grande questão para os que defendiam a contra-reforma era a perda de privilégios representadas pelas terras não cultivadas; lembra que o banco mais lucrativo se tornou o “banco da terra” devido às políticas econômicas anteriores; avalia que os trabalhadores acreditaram em demasiado no governo; revela que houve 12 versões do PNRA; descreve as diferenças entre a proposta de Reforma Agrária desenvolvida pelo seu grupo político e a editada de última hora pelo governo; diz que a área a ser desapropriada se torna conceitualmente subjetiva; discorre sobre o processo de operacionalização burocrática da reforma agrária pelo Incra; critica o atrelamento da reforma agrária à política agrícola; fala sobre seu afastamento do governo e sua política; analisa a perspectiva e consequência da aplicação do PNRA; diz não acreditar na implementação concreta de uma reforma agrária.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Gomes da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Engenheiro agrônomo e empresário agrícola. Nasceu em 1924, sendo natural de Ribeirão Preto, SP. Na década de 1960, foi Secretário de Agricultura do estado de São Paulo, coordenador da Cati/SP (Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada), presidente da Supra e um dos elaboradores do Plano de Revisão Agrária de São Paulo e do Estatuto da Terra. Foi fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), bem como um dos formuladores do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) e presidente do Incra. Foi autor de inúmeras publicações sobre o tema agrário. Faleceu em 1996.

ENTREVISTADOR(ES): Regina Ângela Landim Bruno e Abdias Vilar de Carvalho

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para pesquisa de Regina Ângela Landim Bruno e Abdias Vilar de Carvalho sobre Estatuto da Terra, com publicação posterior denominada: "O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto". *Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)*, v. 4, p. 5-31, 1995

DATA: 14/08/1984

LOCAL: Campinas, SP

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: Teste de fidedignidade, com revisão gramatical e de conteúdo, realizado em 2014. Há cortes e interrupções da entrevista ao longo do áudio gravado.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

Série: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7/ CD	MSPP/en GP.k7.jg6	02 fitas k7/60 min	Não	Áudio e suporte físico em bom estado.
MP3	MSPP/en GP.mp3.jg6	01h51min	Sim	Faixas reunidas em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en GP.trans.jg6	20 páginas	Sim	Páginas digitadas

DESCRITORES:

Cati - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Governo SP)
Congresso Nacional
Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (II, 1973)
Estatuto da Terra
Fazenda Annoni (RS)
Governo Carvalho Pinto (Estado de SP, 1959-1963)
Governo Castello Branco (1964-1967)
Paulo Crespo (padre/coordenador da Fetape)
Paulo de Assis Ribeiro (presidente do Ibra)
Reforma agrária
Revisão Agrária do estado de São Paulo
Roberto Campos (Ministro do Planejamento, 1964-1967)
Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo
Supra – Superintendência de Política Agrária
Tributação fundiária
Usina Caxangá (Ribeirão, PE)

SUMÁRIO:

Fita 1, Lado A: Inicia a entrevista tratando da polarização que existia entre os grupos do Rio de Janeiro e São Paulo nos debates para elaboração do Estatuto da Terra, apresentando nomes e alguns documentos presentes; tece comentários sobre a personalidade e o interesse pessoal do Castello Branco no tema agrário; relembra o período em que foi coordenador da Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada); contextualiza a entrada do tema agrário durante a gestão de Carvalho Pinto; explica o tipo de atuação da Secretaria de Agricultura de São Paulo, durante sua gestão; descreve os projetos internacionais realizados no Brasil com apoio da FAO na Fazenda Annoni; no contexto embrionário de elaboração de projeto de reforma agrária, relembra o tipo de participação de Paulo de Assis Ribeiro, a intervenção de José Drummond Gonçalves e a iniciativa de Roberto Campos para fundir os grupos do Rio de Janeiro e São Paulo que discutiam questão agrária no Brasil.

Fita 1, Lado B: Relembra o processo de votação do projeto de reforma no Congresso Nacional; explica as características do Plano de Revisão Agrária de São Paulo durante a gestão de Carvalho Pinto; discorre sobre o período Goulart e a possibilidade de um projeto para reforma agrária nesse contexto; tece críticas ao modelo de organização da Supra; explica que a oposição da classe média para a reforma vinha do medo de o pequeno proprietário também ser alvo de desapropriação; explica a luta pela criação de um órgão somente para reforma agrária, sem envolver também colonização, extensão rural e edificação; dentre os representantes do nordeste, relembra a participação do Padre Crespo.

Fita 2, Lado A: Descreve a sua participação no II Congresso dos Trabalhadores Rurais; perguntado sobre as Ligas Camponesas, afirma que estas pesavam negativamente para o projeto, por representarem uma ameaça; traz um perfil de Castello Branco, a fim de justificar seu interesse pelo tema; para a elaboração e votação do projeto, entende não ter havido complô e que havia até uma atitude positiva por entre os políticos e militares envolvidos; relembra alguns

encontros com políticos da época para tornar o projeto exequível; atribui ao caso da desapropriação da Fazenda Caxangá a pressão para sua saída da Supra.

Fita 2, Lado B: Apresenta um panorama do Estatuto da Terra e o peso da tributação dentro dos capítulos, e que, para José Gomes, tributação não constitui reforma agrária; tece comentários sobre a participação dos militares na discussão do projeto; fala sobre a influência de Padre Mello com Castello e durante as negociações.



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Renato Torrano

DADOS BIOGRÁFICOS: Ouvidor-Geral da Defesa da Natureza, órgão então ligado ao Ibama. Foi delegado ad Polícia Federal e Diretor da Polícia Fazendária.

ENTREVISTADOR (ES): Márcia Brandão

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Globo

TÍTULO DA MATÉRIA: O Ouvidor da Natureza fala dos poluidores

DATA: 10/06/1989

LOCAL: Brasília

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.jrt	1 página	Sim.	Recorte do impresso original.

DESCRITORES:

Acre
Amazônia
Conservação ambiental
Crimes ambientais
Desmatamento
Direito ambiental
Educação ambiental
Exploração madeireira
Flaviano de Melo (governador do Acre)
Governo Sarney (1985-1989)
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Questão ambiental

SUMÁRIO:

Fala sobre o papel da Ouvidoria-Geral da Defesa da Natureza e sobre a estrutura precária do Ibama; apresenta os números de denúncias recebidas pelo órgão e de casos resolvidos; aponta a grande impunidade nos crimes ambientais e os motivos que levam a esse quadro; fala da relação entre a devastação da floresta e extinção da fauna com a prática de crimes ambientais; fala da necessidade de fortalecer o Ibama para se cumprir a legislação ambiental existente; opina sobre aliar o combate aos crimes ecológicos com programas de educação ambiental; fala do grande interesse econômico por trás da devastação ambiental, destacando um caso de tentativa de desmatamento da floresta amazônica no Acre em que o governador do estado, Flaviano Melo, tentou intervir no órgão ambiental para concessão da autorização; afirma da prevalência de interesses políticos em detrimento da conservação ambiental no âmbito dos governos estaduais; comenta as denúncias e apurações de casos envolvendo funcionários do Ibama que atuam favoravelmente aos grupos interessados no desmatamento; afirma suas condições de exercer a função de Ouvidor-Geral, o apoio do presidente do Ibama e do governo federal; termina falando sobre como lida com as ameaças que recebe.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Sarney

DADOS BIOGRÁFICOS: Nascido em 24/04/1930, é natural de Pinheiro (MA). Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão em 1953. Iniciou sua carreira política na década de 1950 tendo sido membro da UDN, ARENA, PMDB e PDS. Pelo Maranhão, foi deputado federal em 1958 e 1962, governador em 1965 e senador em 1970 e 1978. Na ocasião da entrevista era Presidente da República, cargo que exerceu após o falecimento de Tancredo Neves, de 1985 a 1989.

ENTREVISTADOR (ES): Evandro Carlos de Andrade

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Globo

TÍTULO DA MATÉRIA: “Presidente define o regime ideal ‘A Constituição precisa avançar’”

DATA: 28 de fevereiro de 1988

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP cli.josa2	08 páginas	Sim.	Cópias de jornal.

DESCRITORES:

Assembleia Nacional Constituinte (1987)
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Governo Moreira Franco (Estado do RJ, 1987-1991)
Governo Sarney (1985-1989)
Jarbas Gonçalves Passarinho (senador)
Plano Cruzado
Ronaldo Caiado (presidente nacional da UDR)
Tancredo Neves (presidente eleito 1985)
UDR – União Democrática Ruralista
Ulysses Guimarães (presidente da Constituinte)

SUMÁRIO:

Inicia falando sobre o que considera como a crise estrutural do país, comparando o contexto com aquele vivenciado na década de 60, quando, segundo o entrevistado, ocorreria grande colapso institucional; comenta sobre a maneira como procurou enfrentar a crise, sobre o Plano Cruzado e sobre a existência de uma minoria radical disposta a hegemonizar os debates da Assembléia Nacional Constituinte - ANC; fala sobre as críticas a ele dirigidas na ocasião da ANC pelo que caracteriza como minoria radical; fala sobre outros setores que fazem oposição ao seu governo; voltando ao Plano Cruzado, fala porquê e de que maneira alguns setores se opunham a este; expõe sua opinião a respeito do que considera como um movimento de massa de direita, cujo crescimento se deu como reação à atuação equivocada de grupos radicais de esquerda, destaca a figura da Ronaldo Caiado; em seguida rebate as críticas que então recebia por conta de seus posicionamentos em relação à Constituinte; fala de condições de governabilidade; fala sobre o que caracteriza como crise dos partidos políticos e porquê defende o sistema de presidencialismo parlamentar; sobre o movimento sindical do país opina sobre o que considera como canalização político partidária destes segmentos, e aponta as consequências deste processo; fala sobre a emenda então em tramitação para estabelecer a diminuição do mandato presidencial de seis para quatro anos; fala sobre a maneira que enxerga a crise política, econômica e social de então; fala sobre a relação do governo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e de sua relação com o Papa; comenta sobre crescimento econômico e o que considera enquanto entraves do populismo e das ideologias; fala sobre a integração regional com a América Latina e comenta a Lei Sarney de Incentivos à Cultura; fala da relação do governo com o PMDB, enquanto partido majoritário na composição legislativa e administrativa de então; fala sobre a relação com Ulysses Guimarães, que então presidia a ANC; rebate acusações de retaliação ao então governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, por este ter manifestado posições contrárias ao governo federal.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Sarney

DADOS BIOGRÁFICOS: Nascido em 24/04/1930, é natural de Pinheiro (MA). Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão em 1953. Iniciou sua carreira política na década de 1950 tendo sido membro da UDN, ARENA, PMDB e PDS. Pelo Maranhão, foi deputado federal em 1958 e 1962, governador em 1965 e senador em 1970 e 1978. Na ocasião da entrevista era Presidente da República, cargo que exerceu após o falecimento de Tancredo Neves, de 1985 a 1989.

ENTREVISTADOR (ES): Dilze Teixeira

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Comércio

TÍTULO DA MATÉRIA: Sarney diz ter apoio da maioria

DATA: 29/05/1987

LOCAL: Brasília

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP .cli.josa3	2 páginas	Sim	Fotocópia do impresso original.

DESCRITORES:

Governo Sarney (1985-1989)

SUMÁRIO:

Fala sobre o fim das indefinições sobre a duração de seu mandato e o seu perfil político de conciliador; fala sobre a reforma ministerial então em curso, os interesses envolvidos, as pressões que vem sofrendo de alguns setores; responde às críticas a respeito da inação de seu governo, remetendo as causas à engenharia política interna; fala sobre o plano de ajustes da economia, que visa conter a inflação e lembra o fato de o seu governo não ser o responsável pela grave crise econômica que então o país enfrentava; fala da intenção de construir a Ferrovia Norte-Sul, apresentando o valor que ela vai custar e identificando as críticas que vinham sendo feitas à obra.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Vaz Parente

DADOS BIOGRÁFICOS: Presidente da Assera - Associação dos Servidores da Reforma Agrária.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Coleta de dados para a pesquisa *Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*, financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e realizada em parceria com Carmen Diana Deere.

DATA: 20/07/2004

LOCAL: Sede do Inkra, Brasília, DF.

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.jvp	01 Fita K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro.
MP3	MSPP/en. GP.mp3.jvp	01h01min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	Não há			

DESCRITORES:

Agricultura familiar
Agronegócio
Assentamento rural
Assera - Associação dos Servidores da Reforma Agrária
Assistência técnica
Capital financeiro
Classe patronal
Comunidade ribeirinha
Constituição Federal Brasileira (1988)
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Desapropriação de terra
Exportação agrícola
Função social da terra
Governo FHC (1995-2002)
Governo Lula (2003-2006)
Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Índices de produtividade agrícola
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Monocultura
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Neoliberalismo
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária (2º, 2003)
Poder Judiciário
Poder público
Política externa
Povos indígenas
Projeto de assentamento
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Territórios quilombolas

SUMÁRIO:

O entrevistado compara as mudanças e continuidades entre o governo FHC e o governo Lula em relação à questão fundiária; afirma que há um distanciamento entre o discurso e as ações empreendidas no governo Lula; reconhece avanços significativos e aponta-os; diz que a reforma agrária voltou à ordem do dia; fala sobre o crescimento dos movimentos sociais; diz que o Governo FHC esgotou as possibilidades de uma reforma agrária efetiva; indica o papel do Poder Judiciário; fala sobre a ambiguidade da Constituição em relação à definição da função social da terra; fala sobre o Incra e os problemas estruturais e burocráticos da autarquia; afirma que faltam instrumentos para avaliações mais efetivas sobre a ocupação e uso da terra e diz que os índices utilizados estariam desatualizados; discorre sobre agricultura familiar *versus* agronegócio; fala sobre o Governo Lula e afirma que a política externa adotada tende a favorecer setores contrários ao Plano Nacional de Reforma Agrária; avalia que o governo Lula será sempre visto com desconfiança pela classe dominante; afirma novamente que nenhuma

reestruturação efetiva se deu no Incra; no tocante às famílias assentadas, diz que estas foram assistidas apenas esporadicamente, bem como comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas; afirma que o Incra tem pouco pessoal para preencher seus quadros e que, quando há, são pouco qualificados; fala sobre os baixos salários dos funcionários do Incra e a quebra do princípio da isonomia salarial entre as carreiras no governo FHC; afirma que o governo FHC se esforçou em transformar o Incra em uma agência regularizadora; fala sobre o MDA durante o governo Lula e a disputa interna por espaço político travada entre os movimentos sociais.



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Klaus Töpfer

DADOS BIOGRÁFICOS: Foi ministro do meio ambiente da Alemanha

ENTREVISTADOR (ES): Kristina Michahelles

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: “A Era em que as Utopias Podem ser Realidade”

DATA: 09/03/1922

LOCAL: Bonn / Alemanha

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP .cli.kt	2 páginas	Sim	

DESCRITORES:

**Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92, RJ)
Meio ambiente**

SUMÁRIO:

Fala sobre as expectativas para o Rio-92; questões importantes a serem abordadas na Conferência; fala sobre o financiamento dessas políticas ambientais e a questão de transferência de tecnologias; como a questão ambiental é tratada nos países do Norte e nos países do Sul; sobre a eliminação dos CFCs; o papel das ONGS na organização do Rio-92; medidas a serem adotadas contra crimes ambientais; contradições do Banco Mundial na questão ambiental; preocupações futuras para com o meio ambiente.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Leonildes Alves da Silva Filho

DADOS BIOGRÁFICOS: Coordenador de Cooperação internacional da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

ENTREVISTADOR(ES): Cláudio Castanha

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Comércio

TÍTULO DA MATÉRIA: “Um novo pacto regional”

DATA: 15/10/1989

LOCAL: Recife

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.las	02 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Desenvolvimento regional

Irrigação

Nova República

Política pública

Questão energética

Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO:

Comenta a respeito da viabilidade econômica do Nordeste e sobre a descontinuidade de políticas públicas para a região; explica qual era a concepção inicial da Sudene, como a entidade funcionou nos primeiros anos de sua criação e sobre a situação da instituição no momento da entrevista, destacando principalmente seus entraves; aponta o que ele considera ser as perspectivas para a Sudene; cita o que ele avalia deveriam ser as quatro funções básicas da Sudene; discorre sobre a conjuntura na qual a região perdeu força política e se desarticulou, destacando a necessidade de uma mudança nessa correlação de forças, que poderia começar a ser feita através da identificação de temas comuns que voltem a unir o Nordeste; elucida algumas das suas propostas para dinamizar o desenvolvimento da região; esclarece qual seria o papel da Sudene diante de outros organismos regionais de desenvolvimento que atuam na região; ressalta o papel da Sudene em buscar o cumprimento dos dispositivos constitucionais que afetam a região; por fim, defende a formulação de um novo pacto regional para prover a região de força, independência, e soberania em suas reivindicações.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Luiz Filipe Macedo Soares

DADOS BIOGRÁFICOS: Foi ministro do governo de Fernando Collor, Chefe da Divisão de Meio Ambiente, e em 1992 assumiu a secretaria executiva da Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA). É Diplomata de Carreira, também fez parte da delegação brasileira na Conferência de Estocolmo, em 1972.

ENTREVISTADOR (ES): Francisco Gonçalves

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: “Na Rio-92, Brasil não vai ser radical”

DATA: 03/02/1992

LOCAL: Brasília,DF

OBSERVAÇÕES: Por ocasião da Rio-92, o Jornal do Brasil realizou uma série de entrevistas com autoridades da pasta ambiental no seu caderno Ecologia. Algumas delas estão disponíveis no acervo do NMSPP, como: Paulo Nogueira Neto, Luiz Filipe Macedo Soares, Adir Bem Kauss e Fausto Guimarães.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP .cli. Isf	2 páginas	Sim	Cópia do original.

DESCRITORES:

Agenda 21

Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92, RJ)

Governo Collor (1990-1992)

Mudanças climáticas

Questão ambiental

SUMÁRIO:

Fala sobre o trabalho da Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cima); fala das reuniões preparatórias do documento que o Brasil apresentaria na Rio-92, com as posições que o país iria então defender; comenta alguns pontos que o Brasil vai defender, especificamente sobre a questão das florestas; comenta a posição do Brasil e de outros países sobre a redução das emissões de CO2; fala sobre a resistência de todos os países em alocar recursos financeiros para cumprir as metas discutidas; fala sobre a proposta de criação de um fundo global de investimentos, a Agenda 21, e apresenta alguns números dos custos do desenvolvimento sustentável; volta a falar sobre a reunião preparatória da Rio-92, que aconteceria em Nova Iorque e para a qual a Cima então se preparava; fala das posições em comum com países amazônicos e do Cone-Sul; termina explicando por que razão a realização da Rio-92 é importante e lamenta o desconhecimento da mesma pela população brasileira.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Marcos Lisboa

DADOS BIOGRÁFICOS: Marcos Lisboa foi secretário de Política Econômica da Fazenda no primeiro governo Lula

ENTREVISTADOR (ES): Miriam Leitão

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Globo

TÍTULO DA MATÉRIA: Sem Inclusão, País não Cresce

DATA: 13/07/2003

LOCAL:

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP.cli .ml	1 página	Sim	

DESCRITORES:

Banco Central
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Governo Lula (2003-2006)
MF - Ministério da Fazenda
Política cambial

SUMÁRIO:

Começa a entrevista falando sobre as perspectivas de crescimento econômico para o ano; fala sobre a organização do governo para tratar questões de infraestrutura no país; fala sobre os marcos regulatórios e suas relações com os ministérios; fala sobre a política cambial de sua secretaria; fala sobre a flutuação do dólar e a política do Banco Central; fala sobre a taxa de juros e o controle cambial; fala sobre a política de ajuste fiscal; fala sobre a política industrial e tecnológica do Ministério da Fazenda; fala sobre a importância da tecnologia enquanto um bem público; fala sobre a relação entre inclusão social e desenvolvimento; fala sobre a atual política de câmbio controlado, comparado ao passado; fala sobre os dissensos dentro do governo.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Miguel Rossetto

DADOS BIOGRÁFICOS: Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Lula. É gaúcho, sindicalista e fundador do PT – Partido dos Trabalhadores.

ENTREVISTADOR (ES): Alexandre Secco

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Veja*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Esse sistema é feudal”

DATA: 26/03/2003

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.mr	06 páginas	Sim	<i>Clipping</i> digitado e fotocópia do original

DESCRITORES:

Assentamento rural
Desapropriação de terra
Desenvolvimento social
Direito à terra
Distribuição de terras
Governo FHC (1995-2002)
Grilagem
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
João Pedro Stédile (liderança)
Justiça agrária
Latifúndio
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Ocupação de terra
Reforma agrária
Terra improdutiva
Trabalho agrícola
Violência no campo

SUMÁRIO:

Critica o termo “invasão” e faz a defesa do termo “ocupação” para designar a entrada de sem terras em fazendas improdutivas ou griladas; dá resposta à acusação sobre a vida de miséria em assentamentos do MST; fala da situação dos assentamentos no Governo FHC; defende a distribuição de terras que garanta condições de vida digna para as famílias assentadas; defende a reforma agrária do MST do ponto de vista estratégico; faz elogios a João Pedro Stédile e outros líderes do MST como possíveis nomes para cargos no governo e no Incra; defende a anulação da lei que impede desapropriações de terras ocupadas; esclarece que o Ministério do Desenvolvimento Agrário não é uma instituição policial; traz contribuições ao debate da reforma agrária.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Nelson Ribeiro

DADOS BIOGRÁFICOS: Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário no Mirad – Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário durante o Governo Sarney (1985-1989).

ENTREVISTADOR (ES): Não identificado

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social do Inbra

TÍTULO DA MATÉRIA: “Só reforma evita conflagração”

DATA: 30/04/1985

LOCAL: Palácio do Planalto, Brasília, DF

OBSERVAÇÕES: A entrevista foi realizada na data de criação do Ministério do qual o entrevistado era titular. Não há informações sobre quais jornalistas realizaram a entrevista. Apenas é dito que foi realizada por jornalistas credenciados.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.nr	04 páginas	Sim	Original e fotocópia

DESCRITORES:

Aliança Democrática
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Conflito por terra
Democracia
Funai – Fundação Nacional do Índio
Gebam – Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas
Getat – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
Governo Sarney (1985-1989)
Igreja Católica
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Mirad – Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
Oligarquia
Pará
PFL – Partido da Frente Liberal
Posseiro
Projeto de colonização
Reforma agrária
Violência no campo

SUMÁRIO:

Fala sobre os desafios de implementar a reforma agrária num país cheio de oligarquias e sobre a composição do Congresso; fala sobre o modelo de reforma agrária que o Brasil deverá seguir e sobre o tipo de cooperação que irá buscar nos países da América Latina e com os organismos internacionais; explica como lidará com a reforma agrária no Nordeste, uma vez que o Partido da Frente Liberal é o grande proprietário de terras nesta região; aponta como agirá com os proprietários; fala sobre o papel do Incra na administração da reforma agrária e da área em que irá trabalhar; fala sobre a revisão de títulos de propriedade; analisa a presença da polícia em áreas de conflito e a situação de violência no campo; explica como será o apoio da Igreja Católica e organizações religiosas no projeto de reforma agrária; fala sobre a militarização da reforma agrária, o Getat e Gebam; aponta a relação entre o Mirad e a Funai; fala sobre a política de colonização, sobre o orçamento do Mirad e apresenta sua visão de como a reforma agrária pode ser um instrumento para construir a paz social no país.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Nelson de Figueiredo Ribeiro

DADOS BIOGRÁFICOS: Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) no governo José Sarney (1985-1989).

ENTREVISTADOR (ES): Painel Econômico

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Globo

TÍTULO DA MATÉRIA: " Em um ano, terra para 1,4 milhões de pessoas"

DATA: 30 de outubro de 1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP. cli.nr3	02 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Estado e políticas públicas

Estatuto da terra

Estrutura agrária

Governo Sarney (1985-1989)

Legislação agrária

Mirad - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

Nelson de Figueiredo Ribeiro (Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário)

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (I,1985)

Redemocratização (anos 1980)

SUMÁRIO: Inicia a entrevista esclarecendo que a política agrária não deve considerar a dimensão tão somente distributivista da reforma agrária; esclarece que pelo Estatuto da Terra e legislação em geral o modelo de reforma agrária a ser preconizado é de oferta das condições de produção como um todo; explica porque considera que a reforma agrária pretendida representa um adicional em relação ao setor produtivo, da possibilidade de oferta de alimentos no mercado interno, do potencial de contribuir com a estabilização monetária do país e com a contenção da inflação; esclarece o equívoco em que incorrem os empresários ao criticarem o plano de reforma agrária do governo, que as políticas agrárias e agrícolas são complementares e devem caminhar conjuntamente, de modo que considerá-las em separado, muitas vezes, é revelar a intenção de protelar a reforma agrária; esclarece que o plano não pretende agredir os demais setores produtivos, em especial, não pretende “ameaçar” os grandes proprietários de terras, reforça a impossibilidade de desapropriar áreas produtivas; explica quais os custos envolvidos na implementação de um plano de reforma agrária e como são calculados, apresenta um valor médio estipulado concluindo que o custo é muitas vezes menor que a construção de ofertas de emprego no setor de indústria ou serviços para este excedente populacional vindo no campo; coloca que a possibilidade de fazer zoneamento produtivo depende do Ministério da Agricultura; sobre a quantidade de terras disponíveis para a reforma agrária, fala da inexistência de cadastro de terras públicas e que isto será providenciado por parte do poder público; coloca a questão das metas do governo Sarney para a reforma agrária, cuja velocidade depende da capacidade do Incra e do exercício orçamentário do Ministério; felicita a assinatura do plano pelo presidente, e que as alterações feitas na redação original do plano são alterações formais, de modo que o plano está de acordo com a linha de conteúdo inicial e que não haverá recuo; termina falando dos planos regionais de reforma agrária.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Omar Marczynski

DADOS BIOGRÁFICOS: empresário, no governo de Fernando Collor foi nomeado superintendente nacional da Sunab (Superintendência Nacional do Abastecimento). Em 1986, por ocasião do congelamento dos preços e salários do Plano Cruzado, ficou conhecido como o “Fiscal do Sarney”.

ENTREVISTADOR (ES): Valter Viapiana

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: “O povo voltará a confiar no governo”

DATA: 24/02/1991

LOCAL: não identificado

OBSERVAÇÕES: Outras entrevistas sobre o Plano Collor II: MSPP/en.GP.cli.jma (João Maia), MSPP/en.OU.cli.nla (Nigel Lawson), MSPP/en.AI.cli.msh (Mário Henrique Simonsen) e MSPP/en.GP.cli.ibe (Ibrahim Eris).

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP.cli.omy	1 página	Sim	Recorte do impresso original.

DESCRITORES:

Economia

Governo Collor (1990-1992)

Governo Sarney (1985-1989)

Plano Collor II

Plano Cruzado

Política econômica

Sunab - Superintendência Nacional do Abastecimento (1962-1997)

Zélia Cardoso de Mello (Ministra da Fazenda governo Collor)

SUMÁRIO:

Fala sobre quando foi convidado para assumir a Sunab pelo então presidente Collor; fala sobre quando esteve com o então presidente e sobre o que conversou com o mesmo, destacando a questão do desabastecimento realizado de propósito por setores do empresariado; opina sobre o papel que a Sunab deve exercer; comenta o episódio em que participou do fechamento de um supermercado de Curitiba que não respeitava os preços estabelecidos pelo governo; a partir da inércia da Sunab neste episódio, comenta o que pretende mudar no órgão a partir da sua gestão; fala sobre sua responsabilidade de fazer a Sunab voltar a funcionar e relação de confiança com a então ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello; comenta das dificuldades que vai enfrentar na nova função e a conjuntura do governo Collor; opina sobre os congelamentos de preços; fala sobre ter sido demitido da empresa em que trabalhava após o episódio do fechamento e sobre ter se tornado microempresário do setor de confecções; comenta sobre o ramo de confecções, afirmando estar sujeito à setores do mercado que não respeitam o congelamento de preços; fala sobre o descrédito do Plano Collor 2; fala sobre suas intenções políticas; fala sobre a intenção de fazer cumprir a lei dos congelamentos, valendo-se do Judiciário; critica demissões em massa e comenta demissões que fez na sua microempresa.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Paulo Nogueira Neto

DADOS BIOGRÁFICOS: foi secretário especial do Meio Ambiente, órgão vinculado ao Ministério do Interior, de 1973 a 1985. Na ocasião da entrevista era assessor especial do secretário-geral da Rio-92, Maurice Strong, de quem foi colega na Comissão Brutland das Nações Unidas, de 1983 a 1986.

ENTREVISTADOR (ES): Máisa Lancerda Nazario

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: “O mundo não tem o direito de fracassar em 1992”

DATA: 24/02/1992

LOCAL: São Paulo, SP

OBSERVAÇÕES: Por ocasião da Rio-92, o Jornal do Brasil realizou uma série de entrevistas com autoridades da pasta ambiental no seu caderno Ecologia. Algumas delas estão disponíveis no acervo do NMSPP, como: Paulo Nogueira Neto, Luiz Filipe Macedo Soares, Adir Bem Kauss e Fausto Guimarães.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP .pn	2 páginas	Sim	Cópia do original. Entrevista incompleta.

DESCRITORES:

Amazônia

Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92, RJ)

Ditadura militar (1964-1985)

Governo Collor (1990-1992)

Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Legislação ambiental

Mudanças climáticas

Questão ambiental

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SUMÁRIO:

Fala da devastação da Amazônia e da falta de recursos do Ibama; comenta as consequências do efeito estufa, o aumento da fome no mundo e a extinção de espécies de plantas e animais, e destaca a importância da Rio-92 como oportunidade para enfrentar estes problemas; fala de quando assumiu a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), durante a ditadura militar, e das estratégias para mobilizar a opinião pública em torno da temática ambiental; fala sobre como a questão ambiental era vista pelos militares e de como isso refletia no seu trabalho; fala da legislação ambiental brasileira; comenta o nascimento do que identifica como uma nova ideologia ambiental e explica do que se trata.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Plínio de Arruda Sampaio

DADOS BIOGRÁFICOS: Atuou na Juventude Estudantil Católica e presidiu a Juventude Universitária Católica. Foi eleito deputado federal pelo Partido Democrata Cristão, em 1962. Relatou o projeto de reforma agrária do Governo João Goulart. Seu mandato foi cassado em 9 de abril de 1964, ficando doze anos no exílio. Atuou na Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO/ONU) desenvolvendo projetos de reforma agrária. Voltou ao Brasil em 1976. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, foi deputado federal pelo PT em 1985. Foi parlamentar na Constituinte. Foi candidato ao Governo do Estado de São Paulo em 1982. Saiu do PT em 2005 e, desde então, atua no PSOL partido pelo qual foi candidato ao Governo de São Paulo, em 2006, e à Presidência da República, em 2010.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Coleta de dados para a pesquisa *Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*, financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e realizada em parceria com Carmen Diana Deere.

DATA: 29/9/2004

LOCAL: Residência do entrevistado, São Paulo, SP.

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.pas	01 Fita K7/60 min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.pas	01h07min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.pas	23 páginas	Sim	Digitada

DESCRITORES:

Agronegócio
Assistência técnica
Banco da Terra
Capacitação tecnológica
Cira – Cooperativa Integral de Reforma Agrária
Conab- Companhia Nacional de Abastecimento
Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
Governo FHC (1995-2002)
Governo Lula (2003-2006)
Icira – Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária
Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA – Movimentos dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Política Territorial
Programa Nossa Primeira Terra
Programa Novo Mundo Rural
Pronaf - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
Reforma agrária de mercado

SUMÁRIO:

Fita 1- Lado A – História a questão agrária no PT e no primeiro Governo Lula na seguinte ordem, falando dos anos 80, das tendências internas ao partido, diferença entre revolução e reforma agrária, campanhas presidenciais de 1998 e 2002; fala do programa de governo e na gestão estatal; apresenta a construção do PNRA do governo Lula; trata da participação dos movimentos sociais, dos consultores, gestores e autarquias na construção do Plano; aborda a questão do território na organização da política; faz propostas para organização da produção e inclusão no mercado agrícola; analisa a estrutura dos órgãos competentes; trata da organização política do MDA e Incra; aponta os objetivos do PNRA proposto por sua equipe; analisa as metas do plano proposto e do oficial; comenta a distribuição territorial da política agrária; fala das relações entre os ministérios para a realização do plano; analisa as disputas e conceitos políticos que delimitam o plano atual; fala da hegemonia do agronegócio e do consenso interno sobre isso no governo; faz proposições para a constituição de uma reforma agrária moderada, baseada em experiências de países da América Latina; analisa os conflitos internos ao MDA.

Fita 1, Lado B - discorre sobre a vontade política do governo para enfrentar o debate interno para a construção da proposta de reforma agrária e as suas metas; avalia a relação do projeto de reforma agrária e o Programa Fome Zero; fala da continuidade da política de reforma agrária do Governo Lula e de FHC; volta a falar das proposições que deram origem ao PT; fala da necessidade de uma interlocução entre os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento

Agrário; volta a debater os conflitos internos ao governo para a realização do plano de reforma agrária.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Plínio de Arruda Sampaio

DADOS BIOGRÁFICOS: Plínio Soares de Arruda Sampaio foi um advogado, intelectual e ativista político brasileiro. Foi filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), sendo candidato à Presidência da República do Brasil nas eleições de 2010. Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1954, militou na Juventude Universitária Católica, da qual foi presidente, e na Ação Popular, organização de esquerda surgida a partir dos movimentos leigos da Ação Católica Brasileira. Foi promotor público, deputado federal constituinte e presidiu a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), além de dirigir o semanário Correio da Cidadania. Morreu em 2014.

ENTREVISTADOR(ES): Débora Montserrat

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Não consta

DATA: 2004 (data provável)

LOCAL: Não consta

ROTEIRO: () SIM () NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não			
MP3	Não			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.GP trans.pas2	20 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Banco da Terra
FHC – Fernando Henrique Cardoso
Governo João Goulart (1961-1964)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Luiz Inácio Lula da Silva (presidente)
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PT – Partido dos Trabalhadores
Reforma Agrária
Reforma da Previdência

SUMÁRIO:

Fala sobre o contexto do início do primeiro mandato do governo Lula; em seguida, analisa as possibilidades conjunturais para a aplicação (ou não) da reforma agrária; fala sobre o frágil apoio da classe média ao governo Lula; em seguida, faz uma crítica à reforma da previdência; discute do porque a reforma agrária, apesar de estar nos marcos do capitalismo, não é aceita pela burguesia do Brasil; fala sobre o pânico das elites brasileiras para com manifestações populares; fala sobre a capacidade de pressão do MST para a pauta da reforma agrária; fala sobre as possibilidades de cooptação do INCRA ao beneficiado pela Reforma Agrária; fala sobre a disputa interna do PT; discute sobre a construção da imagem de Lula no exterior; versa a respeito do que mudou na luta pela reforma agrária no Brasil nos últimos anos; faz uma avaliação da reforma agrária durante o governo Fernando Henrique Cardoso; faz uma comparação das possibilidades de reforma agrária de João Goulart com de Lula; comenta sobre experiências de reformas agrárias em outros países; fala sobre o Banco da Terra.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raimundo João Amorim

DADOS BIOGRÁFICOS: Departamento de planejamento estratégico do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Está no órgão desde 1976 e iniciou suas atividades no Acre.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para a pesquisa “Reforma do Estado: instâncias, conflitos e atores. O lugar dos trabalhadores rurais”. Financiamento: Capes. 1997-1998.

DATA: 12/1997

LOCAL: Não consta

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en GP.k7.rj	02 Fitas K7 / 60 min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.rj	01h28min	Sim	Fitas 1 e 2 reunidas em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.res.rj	03 páginas	Sim	Resumo digitado elaborado pela entrevistadora

DESCRITORES:

Capacitação técnica
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Controle social
Desapropriação de terras
Dívida agrária
Grito da Terra Brasil (Contag)
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (1º, 1985)
Poder local
Procera - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
Programa Comunidade Solidária
Sudam - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO:

Fala sobre o Incra que, segundo ele, está a reboque da pressão dos trabalhadores e dos latifundiários; discorre sobre a demanda, preço e a oferta de terras; analisa o perfil fundiário do país; avalia a política de indicação dos Superintendentes; discorre sobre o modelo de gestão atual e o que ele acha ideal; aponta para a necessidade de capacitação técnica dos funcionários do Incra; avalia o processo de favelização dos assentamentos; fala sobre a falta de estrutura do Incra; aponta para a necessidade das ações institucionais serem articuladas com os governos estaduais; enfatiza a necessidade de renovação dos quadros do Incra; discorre sobre os trâmites do processo de reforma agrária.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raul Jungmann

DADOS BIOGRÁFICOS: Ministro do Desenvolvimento Agrário do governo FHC. Antes disso, foi ministro do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e presidente do Incra. Também ocupou cargos no governo de Pernambuco. Elegeu-se deputado federal em 2002, sendo reeleito em 2006. Nasceu em Recife em 03/04/1952.

ENTREVISTADOR (ES): Marcos Emílio Gomes

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Veja

TÍTULO DA MATÉRIA: “O MST se perdeu”

DATA: 15/11/2000

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.mrj	03 páginas	Sim	Cópia de revista

DESCRITORES:

Advogado
Assentado rural
Democracia interna
Desapropriação de terra
Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)
Grileiro
Igreja
João Pedro Stédile (dirigente MST)
Latifundiário
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
Ocupação de terra
Partido político
Pequeno produtor rural
Política agrária
Política de assentamento rural
PT – Partido dos Trabalhadores
Reforma agrária
Registro de terras
Revolução Socialista
Terra improdutiva
Violência no campo

SUMÁRIO:

Avalia a atuação do MST, considerando que o movimento abandonou a sua função de ser um mediador que organiza os movimentos sociais; explica a estratégia do governo para desarticular o que ele chama de invasão de terras feita pelos sem terra; comenta a ameaça de ocupação da fazenda do Presidente da República pelo MST, expondo a posição do governo diante disso; argumenta que o MST não tem apoio da população; fala sobre uma taxa que o MST cobra dos assentados; explica os elementos a partir dos quais associa o MST a um partido; lista aqueles que ele considera serem os inimigos do seu Ministério; comenta a relação entre parlamentares e advogados, que atuam juntos, segundo ele, para frear a reforma em curso feita pelo governo; comenta os casos de violência no campo, associando-os ao que ele chama de invasão de terras; comenta acerca da estrutura e dos gastos do Ministério, ressalta que o papel do governo é dar condições de sobrevivência para aqueles que precisam; aborda ainda temas como a sucessão rural, a contribuição dos pequenos agricultores na economia agrícola, ações do Ministério no processo de concessão da titulação das terras e sobre os casos de evasão e venda de lotes nos assentamentos.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raul Belens Jungmann Pinto

DADOS BIOGRÁFICOS: Ministro do Desenvolvimento Agrário do governo FHC. Antes disso, foi ministro do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e presidente do Incra. Também ocupou cargos no governo de Pernambuco. Elegeu-se deputado federal em 2002, sendo reeleito em 2006. Foi nomeado Ministro da Defesa do Brasil por Michel Temer em 2016. Nasceu em Recife em 03/04/1952

ENTREVISTADOR (ES): Não consta

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Estado de São Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: “Jungmann expõe novo modelo fundiário”

DATA: 21/03/1999

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP cli.mrj2	04 páginas	Sim	Fotocópia da entrevista

DESCRITORES:

Agricultura familiar

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Novo Mundo Rural

Procera – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Incra)

Raul Belens Jungmann Pinto (ministro MDA)

Reforma agrária

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

SUMÁRIO:

Explica sobre os fundamentos básicos do Programa Novo Mundo Rural; explica sobre a nova abordagem institucional da Reforma Agrária; crítica à hipercentralização da Reforma Agrária; explica sobre como será o processamento dessa nova abordagem institucional da Reforma Agrária; descentralização política da Reforma Agrária; fala sobre a descentralização política e redução de conflitos fundiários; o Pronaf e a forma de concessão de crédito; sobre o lugar da agricultura enquanto prioridade de desenvolvimento nacional; sobre os problemas de desapropriações de terras; fala sobre o financiamento do Banco da Terra; fala sobre o posicionamento das organizações patronais quanto a Reforma Agrária; sobre os parâmetros de desapropriação por depredação ambiental a serem adotados pelo governo; a função social da terra e o questionamento do conceito pelo patronato; fala sobre mudanças nos programas de créditos para a reforma agrária: fusão entre Procera e Pronaf; explica o que é o crédito de implantação e mudanças nesse crédito; fala sobre perfil dos candidatos dessa nova linha de crédito; afirma que quem passa para o novo programa terá o título de posse definitivo da terra; explica porque é favorável às cooperativas de crédito em detrimento dos bancos oficiais; explica porque os movimentos sociais estão contrários a nova linha de crédito; explica porque Procera se tornou insustentável; afirma necessidade de mudança no sistema de fiscalização de créditos do Procera; opina sobre recusa dos movimentos sociais em participar do debate sobre a nova linha de crédito.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raul Jungmann

DADOS BIOGRÁFICOS: Ministro do Desenvolvimento Agrário do governo FHC. Antes disso, foi ministro do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e presidente do Incra. Também ocupou cargos no governo de Pernambuco. Elegeu-se deputado federal em 2002, sendo reeleito em 2006. Foi nomeado Ministro da Defesa do Brasil por Michel Temer em 2016. Nasceu em Recife em 03/04/1952

ENTREVISTADOR (ES): Eduardo Scolese e Rubens Valente

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Folha de São Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: Nota de rodapé explica total de assentados, diz Jungmann

DATA: 24/04/2002

LOCAL: não identificado

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP .cli.mrj3	1 páginas	Sim	Recorte do impresso original.

DESCRITORES:

Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Política de assentamento rural
Reforma agrária

SUMÁRIO:

Responde questionamentos sobre o número de famílias assentadas no ano de 2001, cuja divulgação havia sido alvo de críticas por contabilizar famílias ainda não assentadas definitivamente; rebate críticas do jornal que o acusa de manipular e esconder informações a respeito da reforma agrária e de utilizar dados superestimados em relação a outros dados oficiais do INCRA.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raul Jungmann

DADOS BIOGRÁFICOS: Ministro do Desenvolvimento Agrário do governo FHC. Antes disso, foi ministro do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e presidente do Incra. Também ocupou cargos no governo de Pernambuco. Elegeu-se deputado federal em 2002, sendo reeleito em 2006. Foi nomeado Ministro da Defesa do Brasil por Michel Temer em 2016. Nasceu em Recife em 03/04/1952

ENTREVISTADOR (ES): Luciana Ribeiro, Jorge Luiz Lopes e Telmo Wambier

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: MST marcha para o isolamento

DATA: 01/11/1999

LOCAL: não identificado

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP .cli.mrj4	1 página	Sim	Recorte do impresso original.

DESCRITORES:

Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)
Grilagem
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
João Pedro Stédile (dirigente MST)
MJ - Ministério da Justiça
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Política de assentamento rural
Reforma agrária
Violência no campo

SUMÁRIO:

Apresenta alguns números sobre a realização da reforma agrária em sua gestão, em termo de hectares disponíveis para assentamentos, famílias assentadas e montante investido; fala da diferença da reforma agrária que vem sendo realizada no país com outros países que passaram por processo de ruptura, como ele define México, Guatemala, Cuba e Rússia; fala sobre o discurso do MST estar levando o movimento para o isolamento, citando um episódio associado à João Pedro Stédile e referindo-se ao aprendizado democrático do país após a ditadura; fala sobre o projeto radical do MST ser um equívoco político e levar ao isolamento deste; fala sobre reivindicações do MST como antidemocráticas e opina sobre a descentralização da reforma agrária como política de enfrentamento à pobreza rural; fala sobre o lançamento do documento “Livro branco das superindenizações”, critica alguns mecanismos que favorecem essa lógica e aponta necessidade de ser resolvido pelo Congresso; fala sobre a conclusão de um dossiê da grilagem; apresenta alguns números sobre esse tipo de fraude e explica brevemente os mecanismos como ela se dá; fala sobre os próximos passos que pretende dar par enfrentar os dois problemas, superindenizações e grilagens, após a divulgação dos documentos; fala sobre um terceiro documento, feito junto com o Ministério da Justiça, sobre a violência no campo e impunidade; questionado sobre os entraves da reforma agrária, fala das dificuldades em relação ao investimentos; fala da derrota política do latifúndio; fala sobre a fronteira agrícola do oeste do país; comenta a diminuição da violência no campo e de invasões de terra; termina falando sobre a possibilidade de escoar a produção agrícola nacional pelo Oceano Pacífico.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raul Jungmann

DADOS BIOGRÁFICOS: Ministro do Desenvolvimento Agrário do governo FHC. Antes disso, foi ministro do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e presidente do Incra. Também ocupou cargos no governo de Pernambuco. Elegeu-se deputado federal em 2002, sendo reeleito em 2006. Foi nomeado Ministro da Defesa do Brasil por Michel Temer em 2016. Nasceu em Recife em 03/04/1952

ENTREVISTADOR (ES): Josias de Souza

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Folha de São Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: Jungmann revela relação Rainha-governo

DATA: 18/10/1998

LOCAL: não identificado

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP.cli .mrj5	1 página	Sim	Recorte do impresso original.

DESCRITORES:

Banco do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Casa Civil da Presidência da República
Concentração fundiária
Direito à terra
Direito agrário
Estatuto da terra
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
Jaime Amorim (MST)
João Pedro Stédile (dirigente MST)
José Rainha (liderança MST)
MA - Ministério da Agricultura
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPF – Ministério Público Federal
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Ocupação de Terra
Política agrária
Política de assentamento rural
Política de desapropriação
Pontal do Paranapanema (SP)
Questão agrária
Reforma Agrária
Reforma Agrária de Mercado
Violência no campo

SUMÁRIO:

Inicia falando brevemente por que decidiu deixar o cargo de ministro e as conversas que teve neste sentido com outros ministros do mesmo governo; afirma o esgotamento do modelo de reforma agrária e a necessidade de transferir ao município a realização da mesma; explica qual é o procedimento que vem idealizando com Ministério de Agricultura e Casa Civil para que seja do município a responsabilidade de assentar; fala da necessidade de reestruturação da legislação; afirma serem necessárias mudanças de ordem administrativa principalmente; explica qual será o papel dos estados, dos municípios e da união neste novo modelo de reforma agrária; defende a viabilidade da municipalização de parte do procedimento e também da oportunidade que representa para os estados; fala no número de empregos gerados com a reforma agrária; fala no número de terras que compõe o estoque do ministério, somadas as terras recebidas pelo INSS e as do Banco do Brasil obtidas em pagamento de dívidas; fala sobre os problemas do pagamento de dívidas com terras e as mudanças legais que precisam ser realizadas; fala da parceria com o Ministério Público para identificar a prática do deságio no pagamento de dívidas com o INSS e sugere envolvimento de parlamentares; comenta a relação com o MST, criticando a radicalidade de algumas lideranças, citando Jaime Amorim, do Pernambuco; fala da redução da violência no campo, da desconcentração de terra, modernização da legislação e no recorde de desapropriações e assentamentos durante o governo FHC; opina sobre a figura de João Pedro Stédile e de José Rainha; comenta a relação que possui com José Rainha, e comenta por que razão se decepcionou com a postura da

liderança do Pontal do Paranapanema, comentando alguns episódios em que Rainha teria explicado o que o levou a radicalizar; comenta o contato que Rainha possui com os assessores do Ministério, Nelson Borges e Gilmar Viana; comenta de episódio em que FHC iria ao Pontal e que não teria ocorrido por conta da mudança de postura de José Rainha; comenta outro encontro com a liderança, após a marcha dos sem-terra em Brasília; termina falando na possibilidade de continuar a dialogar com o MST, porém não mais através de José Rainha.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raul Jungmann

DADOS BIOGRÁFICOS: Ministro do Desenvolvimento Agrário do governo FHC. Antes disso, foi ministro do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e presidente do Incra. Também ocupou cargos no governo de Pernambuco. Elegeu-se deputado federal em 2002, sendo reeleito em 2006. Foi nomeado Ministro da Defesa do Brasil por Michel Temer em 2016. Nasceu em Recife em 03/04/1952

ENTREVISTADOR (ES): Josias de Souza

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Folha de São Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: País tem excesso de terra, diz Jungmann

DATA: 1º de fevereiro de 1998

LOCAL: não identificado

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP.cli .mrj6	1 página	Sim	

DESCRITORES:

Acampamento rural
Agricultura familiar
Banco da Terra
Banco do Brasil
Concentração fundiária
Crédito rural
Decreto 2.250/1997 (proíbe vistorias para desapropriação em terras ocupadas)
Direção Nacional do MST
Especulação imobiliária
Êxodo rural
Globalização
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural
Latifúndio
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Modernização conservadora
Modernização da agricultura
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCT – Programa Cédula da Terra
Receita federal
Reforma agrária
Reforma Agrária de Mercado
Títulos da Dívida Agrária

SUMÁRIO:

Fala sobre a conclusão de reformas normativas no âmbito da reforma agrária; fala da descentralização da reforma agrária através do Banco da Terra; explica o que é o Banco da Terra; apresenta dados do governo em relação ao número de famílias acampadas, comparando aos números do MST; fala do número de terras provenientes do Banco do Brasil e do INSS disponíveis para reforma agrária; fala das dificuldades no processo de vistoria e avaliação das terras, aponta a possibilidade dos movimentos fazerem as vistorias com o governo; fala do fim dos obstáculos ao acesso à terra, apresentando alguns números de terras disponíveis, apontando para a necessidade de encontro entre oferta e demanda, e a necessidade de investimentos em saúde, educação e crédito rural; faz algumas projeções em relação ao tempo necessário para vistoriar as terras, destacando o baixo número de funcionários do Incra; volta a comentar a participação dos movimentos nas vistorias das terras públicas, e fala da relação do governo com o MST; fala sobre a compra de terras pelo Incra através de Título da Dívida Agrária – TDA; comenta a queda do preço da terra como fator que leva aos especuladores a vender as terras ao governo; explica as alterações do ITR e porque a arrecadação não foi no montante que esperavam; fala sobre o levantamento digital feito por satélite que passou a reforçar a base de dados da Receita Federal, ajudando na cobrança do ITR; aponta a necessidade de o governo não investir na produção agrícola em larga escala e da importância de se investir na agricultura familiar; fala da grande disponibilidade de terras e da solução do Banco da Terra; fala do contexto de globalização como propício para a reforma agrária; compara o Banco da Terra com

o programa Cédula da Terra; opina porque acredita que o Banco da Terra terá aderência pelos trabalhadores; fala da concentração de terra, da pobreza, e do inchaço urbano como decorrentes do processo de modernização conservadora da agricultura e do país ser historicamente gerido pelas elites; fala do pagamento pela terra por parte dos assentados, comentando o decreto que proíbe vistorias em terras ocupadas e o mérito do governo de superar o impasse agrário sem criar uma crise institucional; comenta sobre o que conversa com os muitos fazendeiros que o procuram para vender suas terra; apresenta outros números da reforma agrária; fala sobre como é feito o contato com o MST pelo governo.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raul Navegantes

DADOS BIOGRÁFICOS: Advogado; Assessor da Federação das Indústrias do Estado do Pará; Diretor do Idesp – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental; Vice-coordenador do CAT – Centro Agroambiental de Tocantins.

ENTREVISTADOR(ES): Luciano Leal Almeida.

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado de Luciano Leal Almeida, intitulada *Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)*, defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DATA: 2009

LOCAL: Pará

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/en.GP. mp3.rana	01h32min	Sim	Áudio já disponível em formato digital
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.GP. trans.rana	13 páginas	Sim	Transcrição não literal feita pelo entrevistador

DESCRITORES:

Agricultores

CAT – Centro Agroambiental de Tocantins

CPT – Comissão Pastoral da Terra

Direitos humanos

Fata – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia

Fernando Coutinho Jorge (diretor do Instituto de Pesquisas do Estado do Pará)

Idesp – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental

Jean Hébette (coordenador CAT)

LASAT – Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos Organização sindical

Numa – Núcleo de Meio Ambiente/UFPA

Sindicalismo rural

Trabalhador rural

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO:

Inicia com sua trajetória; Conta que trabalhava para sindicatos de trabalhadores urbanos, identificação com o trabalho, direcionamento para a questão dos direitos humanos; Cita trabalho como assessor da Federação das Indústrias do estado do Para; Diz que em 1973 soube de um curso de pós-graduação do NAEA, período em que se aproximou do NAEA e de Jean Hébette; Fala sobre Jean Hébette; Fala sobre seus estudos em meados de 1974: estudo no NAEA, três meses no exterior com bolsa da ONU; Fala sobre Fernando Coutinho Jorge; Conta como se deu sua entrada para diretor do Idesp; Cita Projeto Radam, administrado pelo Idesp; Conta que se envolveu com o Estado e mantinha contato com Jean Hébette; 1979: contratação para lecionar; 1980: bolsa de estudos na França; 1985: retorno da França, disputa entre conservadores e liberais no NAEA; Diz que trabalhava com pesquisa e dava aulas no NAEA; Afirma que se interessava pelo programa franco-brasileiro de desenvolvimento do campesinato; Diz que conheceu a região de Marabá onde Jean Hébette atuava; Explica que ao lado de mais quatro municípios essa região tinha sido determinada como alvo de atuação do CAT; Comenta qualidades da equipe do NAEA na época; Explica como se deam as discussões do CAT dentro do NAEA: entrada de Heraldo Maués, concepção do CAT como local para os camponeses, lugar de convivência e reflexão; Diz que entendimento entre NAEA com os sindicalistas foi favorecido por Jean Hébette; Fala sobre apoio das comunidades eclesiais de base, CPT, lideranças religiosas; Conta sobre formação de um fundo para o CAT; Fala sobre sua entrada como advogado no CAT para realização de transferência de um terreno para os camponeses; Fala sobre preocupação com o diálogo entre universidade e camponeses; Cita importância da visão dos camponeses sobre eles mesmo; Comenta criação da Fundação para os camponeses e em paralelo de um laboratório de pesquisa, o Lasat; Explica organização interna da Fundação; Comenta postura do Lasat sobre relação com camponeses e produção de saber; Exemplifica distância de falas entre camponeses e acadêmicos; Cita aumento de sindicatos participantes do CAT; Diz que Jean Hébette sempre foi o coordenador e acredita que tenha sido sempre o vice-coordenador; Diz que ele e Jean Hébette viram a necessidade de acelerar o processo de autonomia dos camponeses; Acredita que a autonomia dos camponeses fez parte de uma discussão dentro do CAT, ao mesmo tempo que se firmou como um processo sem volta;

Comenta preocupação sobre maturação de conhecimentos para os camponeses; Diz como se deu a retirada; Acha que são pouco lembrados atualmente pelos camponeses; Fala sobre uma politização partidária na região; Comenta escolha do CAT por dar voz aos sindicatos; Fala sobre ausência de uma percepção histórica, de valorização do trabalho realizado por ele e Jean Hébette; Opina sobre principais dificuldades encontradas durante o CAT: sobrevivência dos trabalhadores rurais muito pobres, dificuldade de deslocamentos; Exemplifica com ausência de recursos para viabilizar os deslocamentos na região; Exemplifica dificuldade de prestação de contas dos camponeses ao Governo Federal; Conta sobre projeto de concepção de um alojamento e local de administração para o CAT; Fala sobre captação de recursos para esse projeto; Conta que havia uma ala de pesquisadores do NAEA que não achava interessante o projeto do CAT; Fala sobre crítica desses pesquisadores ao CAT; Fala sobre distância entre CAT e estudantes; Diz que em determinado momento se tornou impossível de viver com esses conflitos; Afirma que onze pesquisadores deixaram o NAEA; Cita projetos do CAT; Conta sobre apoio institucional que tiveram do reitor da UFPA para deixar o NAEA; Faz avaliação da sua participação no CAT contraposta a atuação de Jean Hébette; Afirma que, com a saída do NAEA, a produção do próprio NAEA decaiu; Fala sobre seu posicionamento e de Jean Hébette sobre a criação do Numa - Núcleo de Meio Ambiente/UFPA; Fala sobre modificações no movimento sindical depois do trabalho do CAT; Diz que formação dada pelo CAT aos trabalhadores era de uma reflexão permanente sobre a condição deles; Acredita que essa formação ajudou na avaliação deles sobre o seu papel na sociedade; Diz que o papel do CAT foi de cooptação desses trabalhadores para fazer parte do poder também; Diz achar que o espírito de unidade do CAT não é mais o mesmo, ainda que o Lasat continue a existir; Afirma não ser possível pensar na idéia do CAT nos dias atuais, que ele não teria existido sem Jean Hébette; Diz que suas idéias não chegaram a ser conflituosas com Jean Hébette, mas um pouco discrepantes apesar de grandes afinidades; Diz que nunca teve e que não viu Jean Hébette chegar a ter dificuldades com os sindicalistas; Explica postura dos dois diante deles; Diz que é possível que as idéias deles tenha se sobressaído em relação às dos sindicalistas; Fala sobre conflitos instigados contra Jean Hébette e sindicalistas; Afirma que não existiu no CAT um viés cristão apesar da presença de religiosos; Identifica quem fazia críticas à Jean Hébette; Fala sobre atuação depois do fim do CAT; Diz que participou do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA; Fala sobre seminário ocorrido em Marabá sobre o CAT; Define qual era o campo de atuação do CAT e o que era a vivência nele.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Rolf Hackbart

DADOS BIOGRÁFICOS: Na época da entrevista, presidente do Inbra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária até abril de 2011. Gaúcho, formado em economia, Hackbart foi assessor dos movimentos sociais rurais do sul. De 1991 a março de 2000, foi assessor parlamentar da bancada do PT – Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Foi também assessor de Aloísio Mercadante até ser escolhido para a presidência do Inbra.

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros e Carmen Deere

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Coleta de dados para a pesquisa *Land reform and poverty reduction: lessons from Brazil*, financiada pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e realizada em parceria com Carmen Diana Deere.

DATA: 21/07/2004

LOCAL: Sede do Inbra, Brasília, DF.

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. GP.k7.rh	01 Fita K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico e sonoro
MP3	MSPP/en. GP.mp3.rh	01h01min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.rh	16 páginas	Sim	Digitada

DESCRITORES:

Agroindústria
Agronegócio
Assentamento de Aquidabã (AM)
Associativismo
Banco da Terra
Banco Mundial
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
Condraf - Conselho Nacional de Desenvolvimento da Reforma Agrária e Agricultura Familiar
Cooperativismo
Crédito agrícola
Crédito fundiário
Desapropriação de terra
Estatuto da Terra
Função social da propriedade da terra
Índices de produtividade agrícola
ITR – Imposto territorial rural
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB - Organização das Cooperativas do Brasil
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária (2003)
Poder Judiciário
Política de assentamento rural
Política territorial
Processo de desapropriação
Programa Fome Zero
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Soja
Trabalho escravo

SUMÁRIO:

Fala dos assentamentos do Incra, a situação atual, a proposição do seu mandato e o desenvolvimento das políticas públicas para assentamento e os modelos de assentamento; trata do desenvolvimento, potencialidades e limites da política territorial; avalia a inserção do Poder Judiciário no processo de reforma agrária; fala sobre a capacidade operacional do Incra; analisa as parcerias para desenvolver o potencial produtivo dos assentamentos; trata da necessidade de agroindustrialização nos assentamentos; discorre sobre a descentralização da execução da política fundiária; fala sobre a relação interministerial para a viabilidade da reforma agrária; trata da interseção entre as políticas de distribuição de renda e combate à fome e o processo de reforma agrária; avalia a constituição, compra e distribuição das cestas básicas para os acampados; fala sobre o pagamento da terra e as dificuldades institucionais e burocráticas para os assentados efetivarem este pagamento; comenta a potencialidade das áreas coletivas no desenvolvimento dos assentamentos; discorre sobre o processo de compra de terras para a reforma agrária; volta a mencionar a necessidade da agroindustrialização dos assentamentos e da relação do agronegócio com a terra.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Romeu Tuma

DADOS BIOGRÁFICOS: Diretor geral do Departamento da Polícia Federal (1985 até 1992) no momento da entrevista. Nasceu em São Paulo em 1931 e morreu em 2010. Bacharel em Direito pela PUC-SP. Foi diretor geral do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista de 1977 a 1982. Em 1982, tornou-se superintendente da Polícia Federal no Estado (até 1985) e já no governo Fernando Collor de Mello acumula o cargo de Secretário da Receita Federal do Brasil. Em 1994 foi eleito senador de São Paulo pelo Partido Liberal (PL, atual PR), filiando-se posteriormente ao Partido da Frente Liberal (PFL, atual **DEM**). Reelegeu-se em 2002, onde manteve o cargo de corregedor do Senado até 2010. Em 2007 foi para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

ENTREVISTADOR (ES): Não identificado

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Correio do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: “Acusações de todo lado”

DATA: 8/6/1986

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES: Na última folha da entrevista há um *box* sobre as acusações do ministro da Justiça, Paulo Brossard, atribuindo ao Partido dos Trabalhadores – PT a responsabilidade pelos conflitos de terra na região do Bico do Papagaio. O secretário geral do partido, Francisco Weffort, responde dizendo que as acusações são “de uma ignorância lamentável” e que “se o PT tivesse toda essa força que o ministro lhe atribui, o Sr. Paulo Brossard não seria ministro da Justiça”.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. GP.cli.rt	03 páginas	Sim	Fotocópia de do periódico

DESCRITORES:

Comércio de armas
Conflito por terra
Crime organizado
Desenvolvimento regional
Direito à terra
Distribuição de terras
Garimpo
Getat – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
Governo Federal
Governo Sarney (1985-1989)
Igreja
Imperatriz (MA)
Imprensa
Latifundiário
Legislação fundiária
Marabá (PA)
Mídia e poder
Multinacional
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (I, 1985)
Polícia Federal
Posse da terra
PURR – Pacto de Unidade e Reforma Rural
Reforma Agrária
Região do Bico do Papagaio (PA, MA, TO)
Terra improdutiva
Trabalhador rural
UDR - União Democrática Ruralista
Violência no Campo

SUMÁRIO:

Romeu Tuma faz uma análise do processo de crescimento dos conflitos no campo, uma reação, segundo sugere o entrevistador, ao PNRA, destacando o papel da UDR; fala sobre o comércio facilitado e clandestino das armas, principalmente na região do Bico do Papagaio (região de fronteira entre os estados do PA, MA e TO); aponta alguns efeitos do PNRA nas relações entre proprietários e trabalhadores rurais no campo, a destacar: emergência de conflitos, uma vez que o Plano atuaria primeiro nas áreas em litígio; menciona a atuação do Getat nos conflitos na região do Bico do Papagaio; discorre sobre o papel das entidades de classe na explicação sobre o que representa o PNRA para a população do campo; aponta a dificuldade em precisar as razões da violência no campo; fala sobre os incentivos do Governo Federal para projetos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste; comenta sobre a atuação da polícia federal no Bico do Papagaio; discorre sobre a articulação entre problema fundiário e crime organizado; analisa o papel da imprensa na cobertura das atuações da Polícia Federal, tendo por foco o caso do Bico do Papagaio.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Rubens Ricupero

DADOS BIOGRÁFICOS: economista e diplomata, foi ministro do meio ambiente no governo de Itamar Franco. Entre 1995 e 2004 presidiu a Unctad (sigla em inglês para Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento), agência de pesquisa ligada à ONU.

ENTREVISTADOR (ES): Luiz Antonio Cintra

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Carta Capital

TÍTULO DA MATÉRIA: “Um escândalo mundial”

DATA: 10 de junho de 2009

LOCAL: não identificado.

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP.cli .rri	2 páginas	Sim.	Recorte do original.

DESCRITORES:

Ambientalismo
Bancada Ruralista
Bioma Amazônia
China
Desmatamento
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Índia
Legislação ambiental
Licenciamento Ambiental
MMA - Ministério do Meio Ambiente
Mudanças climáticas
Política ambiental
Reserva Legal

SUMÁRIO:

Indagado sobre as questões ambientais no Brasil, comenta alguns avanços na conscientização e institucionalização da pauta, apresenta as dificuldades e fala da iminência de grave retrocesso nas propostas de reforma da legislação em trâmite no Congresso; comenta especificamente das reformas previstas no procedimento de licenciamento ambiental e a área preservada de floresta nativa na Amazônia; aponta descompasso entre a consciência ambiental hoje existente na opinião pública e a ausência de repercussão desta mentalidade no sistema político; fala sobre os dilemas entre desenvolvimento e meio ambiente e como isso tem sido discutido no Brasil e no mundo; fala sobre a Amazônia e importância do Brasil no debate ambiental mundial; comenta o papel do Brasil nas negociações do acordo climático e critica a posição do Itamaraty; fala da questão ambiental em relação aos BRICS, em especial Índia e China; voltando ao teor das propostas de alteração legislativa, comenta porque considera que aprová-las seria um escândalo mundial.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Vítor Buaiz

DADOS BIOGRÁFICOS: prefeito de Vitória/ES pelo Partido dos Trabalhadores – PT, do qual foi um dos fundadores no estado. Participou da Frente Ambientalista Verde da Assembleia Constituinte de 1987.

ENTREVISTADOR (ES): Andréia Curry

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: “Só o povo pode consolidar as leis ambientais”

DATA: 16/03/1992

LOCAL: Vitória/ES

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.GP. cli.vb	2 páginas	Sim	Cópia do original.

DESCRITORES:

**Aracruz Celulose S.A.
Cia Vale do Rio Doce
Educação ambiental
Participação popular
Poluição ambiental
Questão ambiental
Vitória (ES)**

SUMÁRIO:

Fala sobre como tem sido implementada as medidas da pasta ambiental na sua gestão enquanto prefeito de Vitória/ES e comenta o histórico de mobilização do estado em torno da pauta, destacando os impactos causados no estado pela implantação do Porto de Tubarão da Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica de Tubarão e a Aracruz e Celulose; comenta a maneira como estão construindo a conscientização e responsabilização das empresas pelos danos ambientais; fala da atuação de preservação das áreas de encostas e manguezais; conta do trabalho de educação ambiental; comenta os resultados do trabalho para diminuir a poluição na cidade, destacando o Projeto Fumaça Negra, que visa conter a circulação de veículos movidos à diesel no centro da cidade; aponta algumas diretrizes que vem adotando para o desenvolvimento da cidade e que são compatíveis com a conservação ambiental; fala da tentativa de barrar a construção de um estaleiro naval na praia de Camburi, município de Vitória; fala dos projetos de reflorestamento de encostas, arborização da cidade como um todo e de criação de hortas comunitárias; sobre o fim de seu mandato e a continuidade das políticas ambientais, opina sobre a responsabilidade da população de consolidar os avanços obtidos; fala sobre os mecanismos de participação popular nas decisões da prefeitura, dando alguns exemplos e comentando o êxito desta iniciativa,

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Vivaldo Vieira Barbosa

DADOS BIOGRÁFICOS: Deputado federal e ex-Secretário de Justiça e Interior do Rio de Janeiro e presidente da CAF - Comissão de Assuntos Fundiários. Foi também Secretário de Segurança do estado.

ENTREVISTADOR (ES): Victor de Araújo Novicki

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: A entrevista foi feita para colher dados para a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, de autoria de Victor de Araújo Novicki. Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*, Ano de Obtenção: 1993

DATA: 24/07/1990

LOCAL: trajeto entre a prefeitura de Niterói e o bairro do Castelo no Rio de Janeiro, RJ.

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Gestores Públicos

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. GP.trans.vvb	07 páginas	Sim	Datilografada

DESCRITORES:

Assentado rural
CAF – Comissão de Assuntos Fundiários
Conflito por terra
Governo federal
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Justiça agrária
Ocupação de terra
Produção agrícola
Questão agrária
Reforma agrária
Rio de Janeiro
Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Comenta que o alto número de ocupações rurais e urbanas no governo Brizola não necessariamente tinha como objetivo desestabilizar o governo; diz que a reforma agrária não pode ser traumática e sim racional e que as famílias sem terra devem ter segurança e tranquilidade; acredita que a relação com os mediadores da luta pela terra foi de abertura e diálogo e que a relação entre o Poder Executivo e Poder Judiciário na solução dos conflitos pela terra foi construtiva e compreensiva; defende a ação “paternalista” do governo estadual com o MST como um incentivo e estímulo e não como uma desmobilização e desarticulação como acusa o Movimento; explica porque a discriminação de terras devolutas não foi utilizada no acesso à terra; explica a demora de transformar a CAF - Comissão de Assuntos Fundiários em Seaf - Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e porque a CAF foi vinculada à Sejuí - Secretaria de Justiça e Interior e não à SAA - Secretaria da Agricultura e Abastecimento; diz que o governo Brizola não teve apoio do governo federal e que sofreu um cerco financeiro grande.